

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Plenário
  - 1.2 – Mesa da Assembleia
  - 1.3 – Comissões
- 2 – MANIFESTAÇÕES**
- 3 – PRONUNCIAMENTOS**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/3/2018

### Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 50/2018; Projetos de Lei nºs 5.041 a 5.046, 5.048 e 5.051 a 5.054/2018 – Requerimentos nºs 10.410, 10.450 a 10.518, 10.520 e 10.522 a 10.531/2018 – Proposições Não Recebidas: Requerimentos nºs 10.519 e 10.521/2018 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, do Trabalho e de Segurança Pública, da representação partidária Podemos e dos deputados Agostinho Patrus Filho e Dirceu Ribeiro – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados André Quintão, Sargento Rodrigues e Antonio Carlos Arantes – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Questão de Ordem – Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Nozinho – Paulo Guedes – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

## Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h4min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

– O deputado Hely Tarquínio, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

## OFÍCIOS

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.353/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Edson de Souza Vilela, prefeito de Carmo do Cajuru, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.731/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Heberth Percoppe Seabra, gerente de filial da CEF, informando o crédito de recursos financeiros do Orçamento Geral da União, em 19/12/2017 na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0351471-18/2011, firmado com a Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional no âmbito do programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percoppe Seabra, gerente de filial da CEF, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 853371/2017, Operação 1045885-51, entre a Emater e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percoppe Seabra, gerente de filial da CEF, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 862302/2017, Operação 1045846-38, entre a Emater e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percoppe Seabra, gerente de filial da CEF, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 861514/2017, Operação 1046552-00, entre a Emater e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percoppe Seabra, gerente de filial da CEF, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 858738/2017, Operação 1045802-00, entre a Emater e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percoppe Seabra, gerente de filial da CEF, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 853016/2017, Operação 1045833-58, entre a Emater e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Marcelo Bomfim, superintendente regional Centro de Minas da CEF, informando a aprovação da prestação de contas final pelo Siafi, em 20/2/2018, do Contrato de Repasse nº 787125/2013, Operação 1006526-80, programa Pronaf. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Paulo César Teodoro, prefeito de Lagoa da Prata, solicitando a desafetação da faixa de domínio da Rodovia MG-429 que especifica. (– À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Adriana Branco Cerqueira, secretária de Assuntos Institucionais e Comunicação Social de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.485/2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.451/2017, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 9.271 e 9.272/2017, do deputado Leonídio Bouças.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.563/2017, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.588/2017, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Eunício Oliveira, presidente do Senado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.367/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Eunício Oliveira, presidente do Senado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.785/2017, da Comissão de Minas e Energia.

Do Sr. Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, consultor de Relações Institucionais da Telefônica, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.148/2017, do deputado Fábio Cherem.

## **2ª Fase (Grande Expediente)**

### **Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50/2018**

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica aprovada, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terra devoluta situada na Fazenda Esmeraldas, no Município de São José do Divino, com a área de 193,6040ha, em nome de Luiz Henrique Gomes.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de março de 2018.

Comissão de Constituição e Justiça

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Agropecuária para parecer, nos termos do art. 195 e do § 2º do art. 195-A do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.041/2018

Declara de utilidade pública o Lar dos Velinhos São Vicente de Paulo de Monte Azul, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Lar dos Velinhos São Vicente de Paulo de Monte Azul, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2018.

Deputado Paulo Guedes, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

**Justificação:** O Lar dos Velinhos tem por finalidade prestar serviços de relevância social e de interesse público de acolhimento institucional aos idosos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, na área da Assistência Social, quando esgotadas todas as possibilidades de auto-sustento e convívio com os familiares, proporcionando-lhes proteção social especial de alta complexidade e prestando serviços de atendimento de forma gratuita, universal, continuada, permanente e planejada.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.042/2018

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Moreira, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Moreira, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2018.

Deputado Paulo Guedes, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

**Justificação:** O Conselho Comunitário do Moreira tem por finalidade desenvolver projetos assistenciais de combate à fome e à pobreza, para minorar os efeitos da natureza e da seca sobre o ser humano na comunidade; a proteção à saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da terceira idade, incluindo-se assistência médica e odontológica; e a promoção da cultura e da educação, do esporte e do lazer e de meios que aumentem o emprego e a renda das famílias da comunidade.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.043/2018

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Produtores do Assentamento Mimoso – Acopam –, com sede no Município de Arinos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Produtores do Assentamento Mimoso – Acopam –, com sede no Município de Arinos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2018.

Deputado Paulo Guedes, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

**Justificação:** A Acopam é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como finalidades preservação e conservação do meio ambiente; promoção do desenvolvimento integrado e sustentável; promoções culturais, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção da educação profissional e comunitária e construção da cidadania; entre outras.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.044/2018

Declara de utilidade pública a Associação Cultural de Monte Azul, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural de Monte Azul, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2018.

Deputado Paulo Guedes, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

**Justificação:** A Associação Cultural de Monte Azul é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural e social e de gestão comunitária. Tem por objetivos executar serviço de radiodifusão comunitária; beneficiar a comunidade com vistas à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; e oferecer mecanismos para a formação e a integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.045/2018

Altera a Lei nº 20.849, de 8 de agosto de 2013, que institui a Política Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Solar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O caput do art. 4º da Lei 20.849, de 8 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Deverão ser utilizados, preferencialmente, o sistema de geração de energia fotovoltaica ou de aquecimento solar, conforme regulamentação e disponibilidade técnica:".

(...).

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2018.

Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

**Justificação:** A Política Estadual de Incentivo ao uso da Energia Solar, vigente em Minas Gerais desde 2013, trouxe importantes diretrizes para o tema. Entretanto, identificamos a oportunidade de aprimorar esta lei, acrescentando, além da preferência de uso de sistema de aquecimento solar, também a prioridade na utilização de sistema de geração de energia fotovoltaica em prédios públicos estaduais, na construção de unidades habitacionais e em projetos financiados pelo de BDMG.

O sistema de geração de energia fotovoltaica nas edificações urbanas oferecem diversas vantagens para o sistema elétrico como um todo, pois desafoga a rede principal de distribuição de energia. Além disso, gera economia aos usuários e são uma fonte de energia "limpa", contribuindo, assim, com a proteção ao meio ambiente.

Além disso, desde 2012 é viável gerar a própria energia, a partir do sistema de placas fotovoltaicas, e estar conectado à rede elétrica da distribuidora. Segundo as diretrizes estabelecidas pela ANEEL (Resolução Normativa nº 687/2015), existem algumas normas para o sistema de "compensação de energia", que resultam no chamado "créditos de energia". Essa solução permite que quem investir em energia solar, realize essa compensação de energia com a rede elétrica e, conseqüentemente, obtenha um custo menor no final do mês com energia elétrica.

Podemos citar alguns exemplos de sucesso de grandes obras públicas que implantaram o sistema de geração de energia fotovoltaica, tornando-se prédios autossustentáveis nesse quesito, como o estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão) e o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. A ideia é fomentar e viabilizar o uso deste tipo de energia em prédios públicos estaduais, como hospitais, escolas, presídios, dentre outros.

Portanto, esta iniciativa tem o objetivo de ampliar o sistema de geração de energia renovável dentro do modelo energético brasileiro, por meio de uma energia limpa, não poluente, confiável, racional, que não requer manutenção e não faz uso de nenhum combustível. Por essas razões conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Gil Pereira. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.311/2016, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.046/2018

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Novo Horizonte, com sede no Município de Ipaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Novo Horizonte, com sede no Município de Ipaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2018.

Deputada Celise Laviola (PMDB)

**Justificação:** Tem por finalidade e objetivos unir todos os moradores do bairro, a fim de possibilitar uma atuação conjunta, no encaminhamento das reivindicações e lutas por melhorias para a população, bem como por melhorias de condições de vida, representar e defender os interesses dos moradores perante aos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais e entidades privadas, promoção do desenvolvimento econômico e social e o combate a fome e a pobreza.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 5.048/2018**

Declara de utilidade pública a Sociedade de Ação Comunitária Canaã – SACC –, com sede no Município de Três Marias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Sociedade de Ação Comunitária Canaã – SACC –, com sede no Município de Três Marias.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2018.

Deputado Tito Torres (PSDB)

**Justificação:** A Sociedade de Ação Comunitária Canaã – SACC é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, beneficente, filantrópico e apolítico, que não faz discriminação religiosa, social e moral.

A Associação está voltada para as necessidades da comunidade de acordo com os ideais da solidariedade humana. Em funcionamento desde 05 de abril de 1997, trata-se de uma entidade de âmbito Nacional, a qual tem como objetivos desenvolver projetos de ação social, visando a proteção da saúde, da família, da maternidade, da infância e da velhice.

A SACC foi criada com o objetivo de apoiar a promoção do desenvolvimento econômico e social; fundar, organizar e manter estabelecimentos educacionais e pedagógicos, quando autorizados pelo MEC, e colocar em funcionamento uma TV comunitária com programação educativa, cultural e social.

Diante do exposto, pedimos o apoio e a compreensão dos nobres pares, para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 5.051/2018**

Institui o Dia de Dandara e da Consciência da Mulher Negra.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia de Dandara e da Consciência da Mulher Negra a ser comemorado anualmente no dia 6 de fevereiro, data do falecimento da líder Dandara.

Art. 2º – O Estado deverá promover, ao longo do dia, campanhas ressaltando a importância e a participação das mulheres negras na história do País.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2018.

Deputado Doutor Jean Freire, Presidente da Comissão de Participação Popular e Vice-Líder do Bloco Minas Melhor (PT).

**Justificação:** Dandara foi uma das grandes lideranças femininas negras que lutou, junto com Zumbi dos Palmares, contra o sistema escravocrata do século XVII. Não há registro do local de seu nascimento, tampouco de sua ascendência africana. Relatos nos levam a crer que nasceu no Brasil e estabeleceu-se no Quilombo dos Palmares ainda menina.

Primeira e única mulher de Zumbi reconhecida, princesa de Palmares e mãe dos três filhos de Zumbi. Dandara era guerreira valente e auxiliou muito Zumbi quanto às estratégias e aos planos de ataque e defesa de Palmares. Em 6 de Fevereiro de 1664, para não voltar à condição de escrava, Dandara se matou jogando-se da pedra mais alta de Palmares, que ficava nos fundos do principal mocambo – a Cerca dos Macacos – quando da queda do Quilombo de Palmares.

Dandara não era muito apta para os serviços domésticos da comunidade, plantava como todos, trabalhava na produção da farinha de mandioca, aprendeu a caçar, mas também aprendeu a lutar capoeira, empunhar armas e quando adulta liderar as falanges femininas do exército negro palmarino. Dandara foi uma das provas reais da inverdade do conceito de que a mulher é um sexo frágil.

Quando os primeiros negros se rebelaram contra a escravidão no Brasil e formaram o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, Dandara estava junto com Ganga Zumba. Participou de todos os ataques e defesas da resistência palmarina. Na condição de líder, Dandara chegou a questionar os termos do tratado de paz assinado por Ganga Zumba e pelo governo português. Posicionando-se contra o tratado, opôs-se a Ganga Zumba, ao lado de Zumbi.

Sempre perseguindo o ideal de liberdade, Dandara não tinha limites quando estavam em jogo a segurança de Palmares e a eliminação do inimigo. Chegando perto da cidade do Recife, depois de vencer várias batalhas, Dandara pediu a Zumbi que tomasse a cidade, isso é uma prova da valentia e mesmo um certo radicalismo dessa mulher. Sua posição era compartilhada por outras lideranças palmarinas. Ao invés da paz em troca de terras no Vale do Cacau, que era a proposta do governo português, Dandara preferiu a guerra constante, pois via nesse acordo a destruição da República de Palmares e a volta à escravidão.

Cumprido ressaltar que, segundo dados do IBGE, atualmente as mulheres negras correspondem a mais de 49,3% da população do Brasil, mas um dos grandes problemas que ainda vivemos em nossa sociedade é o preconceito racial, cultural e o machismo.

O projeto Dia de Dandara foi idealizado pela necessidade da valorização e reconstrução de uma heroína de origem afrodescendente. Sua história resiste, vive e pode ser vista em cada pessoa que se identifica com suas origens, luta por igualdade, acredita em seus sonhos e exemplifica Dandara, que faz da insegurança sua força e do medo de padecer seu alimento na luta por uma sociedade justa para brasileiros e brasileiras.

É de grande importância conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer tipo de discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

As desigualdades no Brasil fazem parte da formação histórica, das dinâmicas da sociedade e de suas estruturas. Há uma espécie de lógica estabelecida na sociedade que produz e mantém, ao longo da história, hierarquias, questões regionais, étnico-raciais, etárias, de sexo e territoriais. O racismo é uma das expressões mais fortes dessas desigualdades, atingindo em torno de 52% da população brasileira. Na saúde, essas desigualdades se refletem nos dados epidemiológicos que evidenciam diminuição da qualidade e da expectativa de vida da mulher negra, tanto pelas altas taxas de morte materna e infantil como pela violência vivenciada de forma mais intensa por esse grupo populacional.

Sem dúvidas as atuais medidas para o acesso das classes menos favorecidas, em especial as mulheres, às universidades, tem mudado a realidade de diversos jovens das favelas e comunidades. Essas políticas talvez tenham sido algumas das melhores medidas tomadas nos últimos anos para o acesso ao ensino superior.

Tais desigualdades se manifestam frequentemente em estereótipos e nas intolerâncias polarizadas em torno da raça, cor e sexo, assim como em outras diversidades sociais, pois as relações raciais estão enraizadas na vida social de indivíduos, grupos e classes sociais.

Através deste projeto objetivamos acentuar a importância de Dandara no processo de valorização da mulher negra na história da construção de nosso país e sua importância cultural como agente transformador do ambiente onde vivenciam sua influência no mundo, valorizando a diversidade, posicionando-se a favor da liberdade e igualdade entre todos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 5.052/2018**

Institui no âmbito do Estado de Minas Gerais a Política de Diagnóstico e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída no Estado a Política de Diagnóstico e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH.

Parágrafo único – A política incluirá atendimento escolar especializado, em caráter preventivo, que terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando os serviços de educação especial aos que, após avaliação dos educadores no âmbito da própria escola na qual estão matriculados, orientação dos órgãos da área da saúde e da assistência social e interação com a família e comunidade, evidenciem essa necessidade, conforme o art. 23, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 2º – Entende-se por atendimento escolar especializado o processo educacional definido por proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, visando apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, em consonância com a sintomatologia do distúrbio, de modo a proporcionar educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades especiais, em todas as etapas do ensino fundamental, garantindo à pessoa portadora de TDAH, integração no contexto socioeconômico e cultural, conforme o disposto nos arts. 1º, inciso III, e 206, inciso I, da Constituição Federal e nos arts. 5º e 15 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, da Presidência da República, que institui as Diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art. 3º – Educandos que apresentem necessidade de intervenção terapêutica deverão ser submetidos a atendimento educacional especializado e encaminhados a uma das unidades do Sistema Único de Saúde – SUS – para diagnóstico e tratamento por uma equipe multidisciplinar composta por, entre outros, educadores, psicólogos, especialistas em psicopedagogia, médicos e fonoaudiólogos, que deverão acompanhar o aluno durante todo o período do curso, incluindo recomendações clínicas e escolares quando de sua transferência para outra unidade de ensino, conforme o disposto no art. 59 da Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e no art. 6º do Decreto nº 3.298, de 1999.

Art. 4º – Os sistemas educacionais das redes pública e particular devem garantir aos educadores do ensino fundamental capacitação permanente orientada por profissionais de saúde, abordando aspectos globais do TDAH, com ou sem hiperatividade, e suas implicações, possibilitando identificar possíveis alunos com o transtorno e consequente auxílio no trabalho da equipe multidisciplinar, conforme o disposto no art. 8º do Decreto nº 3.298, de 1999.

Art. 5º – Pais e responsáveis por alunos identificados como portadores do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH – deverão ser conscientizados sobre a sintomatologia do distúrbio e orientados sobre o ensino de técnicas específicas e como proceder para um melhor desenvolvimento global do educando, conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente no seu art. 129, inciso IV.

Art. 6º – Os equipamentos de saúde pública estadual deverão disponibilizar medicamentos associados ao tratamento do TDAH, conforme o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.298, de 1999.

Art. 7º – As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas em orçamento, suplementadas quando necessárias.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2018.

Deputado Doutor Jean Freire, Presidente da Comissão de Participação Popular e Vice-Líder do Bloco Minas Melhor (PT).

**Justificação:** Esta propositura se deve à crescente conscientização acerca do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH – e tem como objetivo aperfeiçoar a política educacional mineira dos sistemas públicos e particulares, através de ações relacionadas ao processo de inclusão educacional centrada na permanência e sucesso escolar dos educandos.

Ao determinar que as escolas assegurem aos alunos com TDAH acesso a recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem e aos professores formação continuada sobre a identificação e abordagem pedagógica do TDAH, o projeto contribui efetivamente para o trabalho realizado pela equipe multidisciplinar. Além disso, aliado ao envolvimento de familiares em todo o processo, possibilita o combate à exclusão ou estigmatização dos alunos que apresentem o transtorno e destaca a importância da educação inclusiva, que sendo um conjunto de ações de ordem política, cultural, social e pedagógica, proporciona a todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. A proposta contribui assim para a permanência e o sucesso escolar dos alunos.

Sendo a educação um direito estabelecido constitucionalmente, o projeto pretende ser uma importante ferramenta no combate às desigualdades no campo educacional ao assegurar que os sistemas de ensino proporcionem aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender suas necessidades.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.053/2018

Institui a Semana Estadual da Saúde do Professor.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica incluída no Calendário Oficial do Estado de Minas Gerais a Semana Estadual da Saúde do Professor, que será realizada na semana em que recair o dia 15 de outubro.

Parágrafo único – No evento instituído por esta lei, serão desenvolvidas pelo Estado ações de fomento à saúde do professor.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2018.

Deputado Doutor Jean Freire, Presidente da Comissão de Participação Popular e Vice-Líder do Bloco Minas Melhor (PT).

**Justificação:** Este projeto de lei visa incluir no anexo da consolidação de datas comemorativas do Estado de Minas Gerais a Semana Estadual da Saúde do Professor, a ser celebrada na semana em que recair o dia 15 de outubro.

A qualidade da educação de nossas crianças depende, em larga medida, dos professores. Por isso, entendemos que é necessária uma maior atenção à sua saúde, para que possam exercer seu ofício com vitalidade, sem necessidade de interromper suas atividades em decorrência de doenças.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.054/2018

Proíbe o uso de algemas em presas ou internas parturientes, na forma que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibido o uso de algemas durante o trabalho de parto da presa ou interna e no subsequente período de sua internação em estabelecimento de saúde.

Parágrafo único – As eventuais situações de perigo à integridade física da própria presa ou interna ou de terceiros deverão ser abordadas mediante meios de contenção não coercitivos, a critério da equipe médica.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2018.

Deputado Doutor Jean Freire, Presidente da Comissão de Participação Popular e Vice-Líder do Bloco Minas Melhor (PT).

**Justificação:** A dignidade da pessoa humana é corolário da Constituição da República Federativa do Brasil. A proteção à maternidade e à infância é um direito social protegido pelo arts. 6º e 203, I, da mesma Carta.

Este projeto visa garantir o tratamento digno às apenadas ou internas parturientes no sistema prisional ou no sistema socioeducacional do Estado, proibindo que elas sejam algemadas durante o trabalho de parto e no período subsequente.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe no seu art. 24, I, a competência concorrente dos estados para legislar sobre direito penitenciário.

A Súmula Vinculante nº 11, do Supremo Tribunal Federal, prevê:

"Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado."

Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro já têm iniciativa nesse sentido, o que inspirou a apresentação deste projeto. O Decreto nº 57.783, de 10 de fevereiro de 2012, de São Paulo, apresentou, entre outras importantes considerações, especificamente o fato de a presa em trabalho de parto não apresentar risco de fuga, além de considerar as regras mínimas adotadas pela Organização das Nações Unidas para o tratamento de presos (Resolução nº 2076, de 13 de maio de 1977, do Conselho Econômico e Social) e presas (Resolução nº 2010/16, de 22 de julho de 2010, do Conselho Econômico e Social, aprovada pela Assembleia Geral, em 6 de outubro de 2010).

Pelo exposto, esperamos o apoio dos parlamentares desta Casa, a fim de que aprovem as garantias previstas nesta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## REQUERIMENTOS

Nº 10.410/2018, da Comissão Extraordinária das Mulheres, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Clube Atlético Mineiro pela campanha Não se Cale, de combate à violência contra a mulher. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 10.450/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Antonio Gonçalves. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 10.451/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de armamentos longos ao destacamento do Município de Pingo d'Água e ao credenciamento dos policiais militares locais para o uso desse armamento.

Nº 10.452/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinados novos coletes à prova de balas e armamentos longos ao destacamento do Município de Dom Silvério.

Nº 10.453/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial e à destinação de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao destacamento do Município de Alvinópolis.

Nº 10.454/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do Município de São Pedro dos Ferros e à destinação de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao destacamento local.

Nº 10.455/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinados armamentos e novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao pelotão do Município de Rio Casca.

Nº 10.456/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada, de imediato, uma viatura de grande porte e com compartimento de segurança ao Município de Botelhos.

Nº 10.457/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à reforma do imóvel que abriga o destacamento sediado no Município de Santo Antônio do Retiro, o qual apresenta problemas, como cupins no telhado, mofo, infiltrações e instalações elétricas antigas.

Nº 10.458/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações a respeito do acordo de colaboração premiada com o detento Marcos Valério Fernandes de Souza, especificando-se os procedimentos adotados, a apresentação da manifestação expressa do Ministério Público Estadual, nos termos do art. 4º, § 6º, da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e o nome do promotor de justiça responsável pelo acompanhamento do caso. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.459/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao Município de Bom Despacho.

Nº 10.460/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do Município de Bom Jesus do Galho e à destinação de armamentos longos e novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao pelotão local.

Nº 10.461/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial dos Municípios de Alto Caparaó, Alto Jequitibá e Caparaó e à disponibilização de viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, às unidades policiais.

Nº 10.462/2018, da Comissão de Transporte, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, pelo péssimo estado de manutenção da Rodovia BR-040, nos trechos compreendidos entre as praças de pedágio em Itabirito e Barbacena, e sejam encaminhadas informações sobre os investimentos efetivamente realizados pela concessionária Via 040 no referido trecho da rodovia.

Nº 10.463/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao coordenador do Programa Novos Rumos pedido de informações consubstanciado na relação de visitas recebidas pelo detento Marcos Valério Fernandes de Souza, no período de sua detenção na Apac de Santa Luzia, bem como na relação das suas saídas da instituição. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.464/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações consubstanciado na relação de visitas recebidas pelo detento Marcos Valério Fernandes de Souza, no período de sua detenção na Penitenciária Nelson Hungria. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.465/2018, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para que seja implantada uma passarela ou um semáforo para pedestres na Rodovia BR-381, km 206, na altura do Bairro do Horto, no Município de Ipatinga.

Nº 10.466/2018, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a recuperação do piso asfáltico no perímetro urbano de Porteirinha.

Nº 10.467/2018, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para a duplicação da Rodovia BR-251, no trecho que liga o Município de Montes Claros à Rodovia BR-116.

Nº 10.468/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja reiterada a determinação de apuração de supostas arbitrariedades praticadas pelo comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar contra o Cb. PM Alfred Eustáquio Ferreira.

Nº 10.469/2018, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para a reconstrução da ponte localizada na BR-265, próxima ao trevo de acesso a Nazareno.

Nº 10.470/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja determinada a recomposição do efetivo policial do Município de Monte Carmelo, inclusive com a designação de delegado de polícia, de modo a minimizar os reflexos do plantão regionalizado que exige, atualmente, o deslocamento dos policiais até a cidade de Patrocínio.

Nº 10.471/2018, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a realização de manutenção da Rodovia MG-122 entre os Municípios de Porteirinha e Mato Verde.

Nº 10.472/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de armamentos e viaturas, com compartimento de segurança, ao destacamento do Município de Vargem Alegre.

Nº 10.473/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para que seja executada, com a maior brevidade possível, emenda parlamentar apresentada pelo deputado Sargento Rodrigues por meio do Ofício nº 0976/2017, no valor de R\$ R\$1.000.000,00, cuja finalidade é a aquisição de *kits* compostos de televisão, geladeira, fogão e micro-ondas destinados aos 200 destacamentos da Polícia Militar de Minas Gerais da 8ª, 11ª, 12ª e 15ª Regiões de Polícia Militar.

Nº 10.474/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas a determinar que Talitha Leitão da Silva, Masp 1.455.369-7, após a conclusão do Curso de Formação Policial, prevista para 21/3/2018, seja designada a ocupar cargo no Município de Belo Horizonte ou na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista ser casada com policial militar lotado no 22º BPM, possuir casa própria nesta capital e cuidar de pais idosos que dependem de auxílio constante.

Nº 10.475/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao Município de Raul Soares.

Nº 10.476/2018, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor regional da Telefônica Vivo, em Monte Formoso, pedido de providências para a instalação de antena para a captação de sinal de telefonia móvel nesse município.

Nº 10.477/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao reforço do efetivo policial e à realização de melhorias no imóvel onde está instalado o destacamento do Município de Ubaí bem como à disponibilização de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, compatíveis com o patrulhamento ostensivo realizado na região.

Nº 10.478/2018, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Muriaé pedido de providências para realização de obras de asfaltamento da estrada que interliga os Distritos de Itamuri e Belisário.

Nº 10.479/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial e à destinação de armamentos longos e novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao destacamento do Município de Piedade de Ponte Nova.

Nº 10.480/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do Município de Vermelho Novo e à destinação de armamentos longos ao destacamento local.

Nº 10.481/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de novas viaturas, com compartimento de segurança, ao pelotão do Município de Rio Piracicaba.

Nº 10.482/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial e à destinação de armamentos longos e novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao destacamento do Município de Santa Cruz do Escalvado.

Nº 10.483/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/3/2018, em Tocantins, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, munição e objetos diversos e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.484/2018, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre o processo de reestruturação societária da Codemig, bem como sua abertura de capital e a criação de sociedade empresarial perante a Junta Comercial do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.485/2018, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Educação pedido de informações sobre ato publicado no *Minas Gerais*, em 9/1/2018, especialmente quanto ao fundamento legal que autorizou a convalidação da situação funcional dos servidores Abdon Geraldo Guimarães, Masp 1.058.844-0, Elaine Cristina Ribeiro, Masp. 344.269-2, e Lourdes Aparecida de Jesus Vasconcelos, Masp 344.223-3, bem como o lapso temporal da mencionada liberação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.486/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Visconde do Rio Branco pedido de providências para que seja instaurado um inquérito policial para apurar um caso de maus-tratos contra um cachorro, em 21/2/2018. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.487/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Aiuruoca pedido de providências para que se verifique se a Lei nº 21.970, de 2016, está sendo cumprida no Município de Sericita. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.488/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Belo pedido de providências com vistas a que seja verificado o cumprimento da Lei nº 21.970/2016, no Município de Campo Belo, diante das denúncias de situação precária do canil municipal e de omissão do poder público no que diz respeito a recolhimento, identificação e esterilização de animais de rua. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.489/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público em Rio Paranaíba pedido de providências para garantir o cumprimento da legislação estadual de bem-estar e de proteção animal. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.490/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à 12ª Promotoria de Justiça em Divinópolis pedido de providências com vistas à apuração do cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, no referido município, tendo em vista denúncia de que agentes do Centro de Referência de Vigilância em Saúde Ambiental estavam transportando dois cães adultos e dois filhotes, amarrados por uma corda, na caçamba de um veículo e de que os dois cães adultos foram eutanasiados no mesmo dia, sob a alegação de estarem doentes. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.491/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao Centro de Controle de Zoonoses pedido de informações sobre um suposto abandono de cães no Bairro Novo Horizonte, em Sabará, que, segundo imagens divulgadas nas redes sociais, teria sido efetuado por servidores da Prefeitura de Belo Horizonte. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.492/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que se verifique a denúncia de maus-tratos contra, aproximadamente, dez cachorros que estão em um imóvel localizado na Rua Getúlio Drummond Silva, nº 255, no Bairro Vista Alegre. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.493/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em São João del-Rei, pedido de providências com vistas a que sejam investigados os supostos casos de envenenamento de cães e gatos no Bairro Várzea, no Município de Ritápolis. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.494/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Bambuí pedido de informações sobre quais providências estão sendo tomadas pela prefeitura diante da iminência de soltura de 25 cães que estão abrigados em um terreno particular, que está sendo utilizado desde 2014 pela Associação dos Amigos e Defensores dos Animais de Bambuí e cuja reintegração de posse está sendo solicitada pelo proprietário. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.495/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Meio Ambiente de Belo Horizonte pedido de informações sobre o andamento do programa de controle ético-populacional dos animais do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.496/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários de Belo Horizonte pedido de providências para que se verifique a denúncia de maus-tratos contra, aproximadamente, dez cachorros que estão em um imóvel localizado na Rua Getúlio Drummond Silva, nº 255, no Bairro Vista Alegre. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.497/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde de Divinópolis pedido de informações relativas à denúncia de irregularidades no transporte de quatro animais de rua que foram recolhidos por agentes do Centro de Referência de Vigilância em Saúde Ambiental – Crevisa –, em 21/11/2017, bem como ao destino

desses animais, tendo em vista que dois foram eutanasiados, especificando-se o motivo pelo qual os animais estavam sendo transportados de maneira irregular e os exames realizados nos animais que justificassem a eutanásia; e, ainda, o envio da cópia desses exames. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.498/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Piranga pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas à apuração dos casos de envenenamento de cães em situação de rua no referido município. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.499/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Pouso Alegre pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas à apuração de suposto caso de maus-tratos contra um cavalo, em 12//3/2018, no referido município. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.500/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra a Fauna de Belo Horizonte pedido de informações sobre a morte de gatos no Bairro Gutierrez, especificando-se as medidas adotadas para coibir novos casos de envenenamento e as ações já implementadas para identificar o responsável pelo ato criminoso. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.501/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Ipatinga pedido de informações sobre a instauração e o andamento de inquérito policial para apurar o suposto caso de maus-tratos contra oito filhotes de cachorros, ocorrido em 8/1/2018, em Braúnas, no campo de futebol da Vila Nossa Senhora do Amparo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.502/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Promotoria Única de Justiça de Januária pedido de providências para que se verifique se a Lei nº 21.970, de 2016, está sendo cumprida no Município de Sericita. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.503/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Itaúna pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas à apuração de um suposto caso de maus-tratos contra um cavalo, no Povoado Lopes, na zona rural do referido município. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 10.504/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao delegado de Polícia Civil em Matutina pedido de informações sobre os casos de maus-tratos e denúncias de envenenamentos de cães de rua nesse município. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.505/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o motivo da falta de atendimento à população em casos de denúncias de maus-tratos contra animais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.506/2018, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao comandante da Polícia Civil de Minas Gerais em Rio Paranaíba pedido de informações sobre a condução das investigações dos supostos crimes de maus-tratos a animais ocorridos frequentemente nesse município. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.507/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passa-Quatro pelos 50 anos de sua fundação. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 10.508/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/3/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo e drogas e na detenção de três pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.509/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 5º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/3/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de cerca de 80kg de maconha. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.510/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar e na 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/3/2018, em Campina Verde, que resultou na apreensão de 1t de maconha. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.511/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paula, em Campo Belo, pela posse do novo provedor, Sr. Aristóbulo da Silva Furtado Júnior. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 10.512/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela apreensão de mais de 200kg de maconha na BR-040, em Nova Lima. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Cabo Júlio. Anexe-se ao Requerimento nº 10.393/2018, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 10.513/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e com a Sra. Patrícia Santos de Almeida Bernardes, prefeita de Maria da Fé, pela realização do 13º Dia de Campo de Olivicultura, que lembrou os 10 anos da primeira extração de azeite de oliva extra-virgem no Brasil. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 10.514/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 52º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 26/3/2018, em Mariana, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, munição, quantia em dinheiro e objetos diversos e na detenção de uma pessoa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.515/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na ocorrência, em 20/3/2018, em São Sebastião do Paraíso, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.516/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/3/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor e de drogas, armas de fogo, balança de precisão e quantia em dinheiro. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.517/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 28º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/3/2018, em Unai, que resultou na apreensão de drogas, armas e munição e na detenção de três pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.518/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/3/2018, em Ipatinga, que resultou na apreensão de um menor e de drogas, celulares e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.520/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na operação Ammit, realizada em 28/2/2018, em Carlos Chagas e Nanuque, que resultou na prisão de 26 pessoas e na apreensão de armas, drogas e veículos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.522/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência em 6/12/2017, em Rubim, que resultou na prisão de cinco integrantes de uma quadrilha especializada em explosões de caixas eletrônicos e na apreensão de armas de fogo, munições e encartuchados de emulsão. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.523/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Tiago Antônio Ribeiro pelo trabalho realizado na Secretaria de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora, em especial na divulgação, capacitação e coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança – Consegs – do município. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.524/2018, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Igreja Pentecostal Deus É Amor pelo seu 42º aniversário. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 10.525/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar e na Companhia Independente de Policiamento com Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/3/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e armas de fogo e na detenção de sete pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.526/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na operação Al Capone, em 19/3/2018, em São Sebastião do Maranhão, que resultou na prisão de narcotraficantes ligados à organização criminosa Primeiro Comando da Capital – PCC. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.527/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à Sra. Marília de Castro Neves Vieira, desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por sua postagem preconceituosa em rede social contra as pessoas com síndrome de Down, em especial a Profa. Débora Araújo Seabra de Moura.

Nº 10.528/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Macaé Evaristo, ex-secretária de Estado de Educação, por sua contribuição para a continuidade do funcionamento das escolas de educação especial no Estado.

Nº 10.529/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 25º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 24/3/2018, em Sete Lagoas, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição e equipamentos para fabricação de armas e na detenção de três pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.530/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na ocorrência, em 21/3/2018, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de dois homens suspeitos de incendiar um ônibus. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.531/2018, do deputado Adalever Lopes e outros, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para a conclusão do processo de autorização para funcionamento da Faculdade Santa Casa de Belo Horizonte. (– À Comissão de Educação.)

#### **Proposições Não Recebidas**

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

**REQUERIMENTO Nº 10.519/2018**

Da Comissão de Segurança Pública em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências com vistas à imediata transferência dos valores devidos ao IPSM, que somam aproximadamente R\$3 bilhões.

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

**REQUERIMENTO Nº 10.521/2018**

Do deputado Sargento Rodrigues em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na operação realizada em 21/3/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um veículo e mais de 95 barras de substância análoga a maconha.

**Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Administração Pública, do Trabalho e de Segurança Pública, da representação partidária Podemos e dos deputados Agostinho Patrus Filho e Dirceu Ribeiro.

O presidente – Queremos, neste momento, parabenizar nosso amigo, deputado Roberto Andrade, pelo seu aniversário na data de hoje. Ele é uma pessoa muito querida por todos nós. Receba nossas homenagens.

**Questão de Ordem**

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, eu iria iniciar a minha fala fazendo o que V. Exa. acabou de fazer aqui: parabenizar o nosso grande amigo e colega deputado Roberto Andrade, grande liderança que já chegou ao Parlamento conquistando todos nós. Venho a este microfone neste momento para agradecer algo pelo qual passei nos últimos dias. Há alguns anos, sou admirador da nossa Polícia Militar, e, a partir de um episódio que ocorreu no último final de semana, passo a admirá-la muito mais. Precisei do acolhimento e do atendimento da referida corporação, e, tão logo liguei para o Cel. Gedir, desta Casa, a Polícia Militar do nosso Estado se colocou à disposição para tomar as providências necessárias. Tive a grata felicidade de ver, como sempre pensei, que, na Polícia Militar do nosso estado, ainda há grandes homens e grandes mulheres que exercem o seu trabalho de forma correta e transparente como deve ser. Quero aqui parabenizar o 2º-Ten. Thiago Pereira, o 3º-Sgt. Lúcio Alves Pereira, a 3ª-Sgt. Dafiny Resende Diniz Silva, os Cbs. Fábio, Verlaine e Josué Alves de Páscoa, o Sd. Valdinei, o 3º-Sgt. Célio de Souza, a 3ª-Sgt. Dione Diniz e os Cbs. Tiago e Bruno, por terem desempenhado, volto a dizer, de forma correta, o seu trabalho. Eles foram extremamente delicados e atenciosos com este parlamentar. Portanto, quero, de público, parabenizar todos eles e agradecer-lhes, de coração, a forma como exerceram o seu trabalho. Eu já disse ao Cel. Gedir que, se for possível, prestarei sempre todas as homenagens a essas pessoas, que foram extremamente corretas. Agradeço a V. Exa. esta oportunidade e cumprimento o comandante da polícia por ter ao seu lado homens e mulheres que nos honram e que exercem seu trabalho da forma como devem, não se deixando levar por pressões. Eles não perderam a razão e agiram da forma como esperávamos – de forma calma e transparente – para que o episódio tivesse boa solução. Portanto, agradeço a esses homens e a essas mulheres que tiveram a oportunidade de me dar apoio na última semana. Muito obrigado, presidente.

**Oradores Inscritos**

– Os deputados André Quintão, Sargento Rodrigues e Antonio Carlos Arantes proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, estamos acompanhando, deputado Antonio Carlos Arantes, segundo as contas do governo do PT e a fala dos seus líderes aqui, que o Estado está quebrado, está falido. Por isso eles querem vender tudo, presidente. Já tomaram R\$5.000.000.000,00 dos particulares; aprovaram aqui o chamado projeto do fundo imobiliário, para colocar nas mãos do capital especulativo, como eles sempre gostaram de falar, seis mil imóveis dos quais os mineiros não pagavam aluguel, e agora vão pagar; e agora querem vender a Codemig. Mas, na hora de administrar, deputado Dalmo Ribeiro Silva, é uma lambança só. Gastam desenfreadamente, sem nenhum escrúpulo, sem nenhuma responsabilidade. E eles fizeram, deputado Dalmo Ribeiro Silva, os chamados fóruns regionais, deputado Antonio Carlos Arantes. O Sul de Minas teve várias visitas do fórum regional. Gastaram dinheiro para tudo quanto é lado; não tiveram o pudor de economizar o dinheiro do contribuinte. Portanto, presidente Dalmo Ribeiro Silva: (– Lê:) “Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o deputado que este subscreve requer, nos termos regimentais e conforme dispõe o art. 54, § 2º, da Constituição do Estado, seja encaminhada ao Sr. Antônio Fernando Máximo, responsável, em exercício, pela Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais, e ao Sr. Fernando Tadeu David, subsecretário dos Fóruns Regionais, da mesma secretaria extraordinária, solicitação para que informem: 1 – quantos encontros foram efetivamente realizados na primeira rodada – 2015 –, na segunda rodada – 2015 –, na terceira rodada – 2016 –, e na quarta rodada – 2016 – de encontros promovidos pelos fóruns regionais; 2 – qual foi o quantitativo de servidores públicos estaduais, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo ou de cargo de provimento em comissão, que efetivamente participaram a serviço de cada um dos eventos – dados discriminados por evento e vínculo funcional do servidor; 3 – qual foi o montante dos gastos de custeio, especialmente com o pagamento de diárias e outras eventuais indenizações, como transporte e alimentação, relativo à participação de servidores estaduais em cada um dos eventos – dados discriminados por evento; 4 – qual foi o montante de gastos efetivados para transporte, estadia e alimentação de participantes ou representantes da sociedade civil que não sejam servidores estaduais relativo a cada um dos eventos, se houver; 5 – quais foram os gastos efetivamente dispendidos para a viabilização das reuniões dos secretários executivos dos fóruns regionais, discriminando-se despesas com diárias, transporte, hospedagem e alimentação, se houver; 6 – quantas serão, onde e quando acontecerão as reuniões dos colegiados executivos dos fóruns regionais, informando-se a previsão orçamentária para a sua viabilização; 7 – quais foram as prioridades definidas na segunda rodada – 2015 –, discriminadas por território e encontro; e, por último, 8 – quais foram as propostas apresentadas nas etapas devolutivas do governo, na terceira rodada – 2016 –, discriminadas por território e encontro regional. Sala das reuniões, 27/3/2018”. Esse é o requerimento que faço chegar e vou pedir à assessoria da Mesa que protocole, presidente, porque, se já está faltando merenda nas escolas estaduais, falta gasolina para viaturas, falta remédio, faltam equipamentos, e há demais situações que necessitam de aplicações na saúde pública. Se falta tudo isso, não é possível que o governo do PT continue, em Minas Gerais, a fazer a farra da ganância nos fóruns regionais. Então é só um pedido de informação que estou apresentando em Plenário, protocolando e esperando a resposta. Se o governo alega que não tem dinheiro para a merenda escolar, não pode continuar torrando o dinheiro do contribuinte da forma que eles vêm fazendo.

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

A presidência, no uso de suas atribuições, determina o arquivamento, por perda de objeto, do Requerimento nº 10.420/2018, da Comissão de Minas e Energia, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 27 de março de 2018.

Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

**Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 10.451 a 10.457, 10.459 a 10.461, 10.468, 10.470, 10.472 a 10.475, 10.477 e 10.479 a 10.482/2018, da Comissão de Segurança Pública, 10.462, 10.465 a 10.467, 10.469, 10.471, 10.476 e 10.478/2018, da Comissão de Transporte, e 10.527 e 10.528/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

**Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 21/3/2018, do Projeto de Lei nº 4.818/2017, do Tribunal de Justiça, e do Requerimento nº 10.310/2018, do deputado Bosco;

do Trabalho – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 21/3/2018, do Projeto de Lei nº 4.592/2017, do deputado Antonio Lerin, e dos Requerimentos nºs 10.241/2018, do deputado Thiago Cota, 10.284 e 10.285/2018, do deputado Duarte Bechir, e 10.344/2018, da Comissão de Segurança Pública;

e de Segurança Pública – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 27/3/2018, dos Requerimentos nºs 10.429/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, e 10.431 e 10.433/2018, do deputado Sargento Rodrigues;

pelo deputado Dirceu Ribeiro – informando sua filiação ao Podemos – PODE –, a partir do dia 15/03/2018;

pela representação partidária Podemos – PODE – informando sua adesão ao Bloco Compromisso com Minas Gerais;

e pelo deputado Agostinho Patrus Filho – informando que o Pode passa a integrar o Bloco Compromisso com Minas Gerais (Ciente. Publique-se.).

**Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 28, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/3/2018****Presidência do Deputado Adalcleber Lopes**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional e Exibição de Vídeo – Palavras do Vice-Governador Antônio Andrade – Palavras do Deputado Tadeu Martins Leite – Palavras da Sra. Eloísa Helena Carvalho de Freitas Ferreira – Entrega de Placa – Palavras do Senador Roberto Requião – Palavras do Sr. Luiz Soares Dulci – Palavras do Deputado Federal Fábio Ramalho – Palavras do Sr. Josué Alencar – Palavras do Presidente – Lançamento de Livro – Palavras do Sr. Newton Cardoso – Encerramento – Ordem do Dia.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Carlos Henrique – Celise Laviola – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Gilberto Abramo – Gustavo Santana – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Magalhães – Leonídio Bouças – Marília Campos – Paulo Guedes – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

### **Abertura**

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### **Atas**

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

### **Destinação da Reunião**

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Movimento Democrático Brasileiro – MDB – pelos 52 anos de sua fundação. São autores do requerimento que deu origem a esta homenagem os deputados Adalclever Lopes e Cabo Júlio, a deputada Celise Laviola e os deputados Dilzon Melo, Iran Barbosa, Isauro Calais, Ivair Nogueira, João Magalhães, Leonídio Bouças, Sávio Souza Cruz, Tadeu Martins Leite, Thiago Cota e Vanderlei Miranda.

### **Composição da Mesa**

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. deputado federal Fábio Ramalho, 1º vice-presidente do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados; Antônio Andrade, vice-governador do Estado e presidente do MDB de Minas Gerais; Newton Cardoso, governador do Estado de Minas Gerais no período de 1987 a 1991; senador Roberto Requião, presidente do MDB do Paraná e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional; e deputado Tadeu Martins Leite, líder da Maioria nesta Casa, representando os parlamentares autores do requerimento que deu origem a esta homenagem; a Exma. Sra. deputada federal Jô Moraes, procuradora adjunta da mulher na Câmara dos Deputados e integrante da Comissão Executiva Nacional do PCdoB; os Exmos. Srs. deputado Agostinho Patrus Filho, presidente do Partido Verde de Minas Gerais e líder do Bloco Compromisso com Minas desta Casa; e deputado Gilberto Abramo, presidente do PRB de Minas Gerais; a Exma. Sra. Eloísa Helena Carvalho de Freitas Ferreira, secretária adjunta da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional, integrante do MDB Mulher de Minas Gerais e ex-prefeita de Pedro Leopoldo, representando o governador do Estado, Fernando Pimentel; e os Exmos. Srs. Luiz Dulci, vice-presidente do PT Nacional, representando o ex-presidente Lula; Bernardo Santana, presidente do PR de Minas Gerais e ex-deputado federal; Francisco Rubió, presidente do Partido Pátria Livre; Josué Alencar, representando os filiados e candidatos majoritários do último pleito pelo MDB; e Luiz Carlos Prestes Filho, representando a nossa história de luta pela redemocratização.

### **Registro de Presença**

O locutor – Gostaríamos de registrar e agradecer a presença dos deputados e das deputadas estaduais e federais, secretários e secretárias de Estado, prefeitos e prefeitas, presidentes de câmaras municipais, vereadores e vereadoras, filiados e filiadas ao MDB e demais partidos políticos, representantes dos diversos veículos de imprensa, servidores e servidores da Assembleia de Minas, cuja presença engrandece este encontro.

### **Execução do Hino Nacional e Exibição de Vídeo**

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo mineiro de Caratinga, o cantor Agnaldo Timóteo, acompanhado pelo tecladista Moisés Pedrosa. Durante o hino, haverá a exibição de um vídeo do MDB.

O Sr. Agnaldo Timóteo – Estou imensamente honrado. Fazer parte de uma reunião de tamanha importância, ilustre presidente Adalclever, é motivo de muita alegria. Sou mineiro de Caratinga, mas fui um grande toneiro mecânico em Belo Horizonte.

– Procede-se à execução do Hino Nacional e à exibição do vídeo.

### **Palavras do Vice-Governador Antônio Andrade**

Deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na pessoa de quem cumprimento os demais deputados; Exmos. Srs. 1º-vice-presidente do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, deputado Fábio Ramalho; Newton Cardoso, governador do Estado de Minas Gerais no período de 1987 a 1991; senador Roberto Requião, presidente do PMDB do Paraná e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional; Deputado Tadeu Martins Leite, líder da Maioria na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que representa os parlamentares autores do requerimento que deu origem a esta homenagem; Sr. Josué Alencar, representando os filiados e candidatos majoritários no último pleito pelo MDB; Exmo. Sr. deputado Sávio Souza Cruz, secretário-geral do MDB; ex-ministro Luiz Dulci, vice-presidente do PT Nacional; Exma. Sra. Eloísa Helena Carvalho de Freitas Pereira, secretária-adjunta de Cidades e Integração Regional do Estado, integrante do MDB Mulher de Minas Gerais e ex-prefeita de Pedro Leopoldo; Sr. Francisco Rubió, presidente do Partido Pátria Livre; Sr. Bernardo Santana, presidente do PR de Minas Gerais e ex-deputado federal; Exmo. deputado estadual Gilberto Abramo, presidente do PRB de Minas Gerais; Exma. deputada federal Jô Moraes, procuradora adjunta da Mulher da Câmara dos Deputados e integrante da Comissão Executiva Nacional PCdoB; Exmo. deputado Agostinho Patrus Filho, presidente do Partido Verde de Minas Gerais e líder do Bloco Compromisso com Minas, na Assembleia Legislativa; Exma. Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; Sr. Newton Cardoso, ex-deputado estadual; deputado federal Wadson Ribeiro, presidente do PCdoB de Minas Gerais; Sr. Angelo Oswaldo, secretário de Cultura, na pessoa de quem cumprimento os demais secretários; Sr. Luiz Carlos Prestes Filho, representando a nossa história de luta pela redemocratização, senhoras e senhores, bom dia.

É uma alegria e um orgulho muito grande estar nesta Casa Legislativa. Esta Casa tem votado leis que fazem o presente e o futuro do Estado de Minas Gerais. Hoje é segunda-feira, dia 26 de março. Anteontem, 24 de março, foi a data em que comemoramos os 52 anos do PMDB. Hoje estou nesta Casa Legislativa, onde tive a honra e alegria de ter sido membro por três mandatos como deputado estadual. Pertenci a várias comissões. Fui presidente de comissões parlamentares. Tive a honra de ser aqui líder do líder Itamar Franco. Eu me sinto orgulhoso e alegre de ter passado por esta Casa, que em todos os momentos soube muito bem administrar os interesses maiores do Estado.

Aqui, na Casa do povo, é o palco ideal para evocarmos nossa história de contribuição para a construção deste país. Aqui, hoje, faço coro com os demais que integram e querem o bem do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais tem colaborado, ao longo do tempo, com o fortalecimento do processo democrático brasileiro. Desta terra saíram homens e mulheres que ajudaram a construir a soberania popular. Temos sido protagonistas, neste país, da luta por liberdade, igualdade e justiça social.

Sabemos que fazemos parte de um país que enfrenta dificuldades, grandes dificuldades, que ainda tem muito a crescer, a se desenvolver, mas que tem muito a comemorar também. A jovem democracia brasileira, que tanto nos orgulha, tem o emblema forte do MDB. Sempre estivemos à frente das grandes decisões nacionais, atuando como um forte instrumento de mudanças. Nossa luta pela democracia acontece desde 1966, ano da fundação oficial do partido. Lutamos contra a supressão dos direitos constitucionais, contra a censura, contra a perseguição política na ditadura militar. Fomos diligentes, atuantes em ocasiões decisivas, como a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a elaboração da Constituição Federal, Constituição Cidadã. Momentos que ajudaram a construir as bases da soberania popular, com o intuito de garantir um futuro próspero para o povo que clamava por justiça e igualdade.

Se analisarmos nossa história recente, veremos o percurso daqueles que cooperaram para o desenvolvimento e o amadurecimento político do Brasil. Encontraremos emedebistas históricos, como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Pedro Simon, que são exemplos de pessoas que trabalharam pelo Brasil em épocas adversas. Quando solicitados, não faltaram

ao dever de honrar os princípios do partido e de oferecer seus leais serviços à Nação. Aqui, nas Alterosas, também houve grandes emedebistas que contribuíram com o crescimento do Estado, que governaram muito bem o Estado de Minas Gerais, como Tancredo Neves, Newton Cardoso, Itamar Franco e o saudoso José Alencar, que nos representou muito bem no Congresso Nacional, como senador e vice-presidente da República. Também não podemos nos esquecer do saudoso companheiro e amigo Armando Costa, deputado federal, deputado estadual, secretário de Saúde, presidente eterno do PMDB, que muito trabalhou pela unidade desse partido.

Relembrar o passado é valorizar quem ajudou a idealizar o futuro. Temos uma história rica, virtuosa e pujante que nos remete ao avanço e ao crescimento. Nos dias atuais, continuamos percorrendo o caminho do fortalecimento. Somos um partido plural, com ideias diversas, mas que sempre convergem para o entendimento e a defesa do bem comum. Em Brasília, temos uma expressiva representação no Congresso Nacional e o presidente da República.

Temos ainda 7 governadores e 4 vice-governadores, 963 prefeitos, sendo 4 de capitais brasileiras. Em Minas Gerais, somos o maior entre todos os diretórios estaduais do País. Nas eleições de 2016, tivemos a honra de eleger 167 prefeitos, 118 vice-prefeitos, 1.060 vereadores. Crescemos 43%. O PMDB foi o único partido antigo que cresceu. E ainda há as 46 coordenadorias regionais eleitas para democratizar as ações do PMDB e levá-lo aos 853 municípios. Na Assembleia Legislativa, somos a maior bancada. Contamos com o deputado Adalclever Lopes, presidente, e mais 12 deputados estaduais. Na Câmara dos Deputados, somos um grande partido. Como vice-governador e presidente do PMDB, sinto-me orgulhoso por fazer parte desse movimento que se fortalece a cada dia. Ainda temos bons quadros dentro do partido, boas pessoas dentro do MDB. Por tudo isso, queremos a candidatura própria. E vamos lutar por ela.

Fomos o único partido que reelegeu dois prefeitos de cidades com mais de 200 mil habitantes: Juiz de Fora e Uberaba – um deles ainda no primeiro turno. O PMDB ou MDB vem, e vem para ficar. Chegou o momento de sermos protagonistas também em Minas Gerais e de nos unirmos em prol dos interesses do Estado. É momento de harmonia e de confluência de pensar do povo mineiro, que pede socorro. Temos, sim, a obrigação de bradar os ideais emedebistas e de caminhar, lado a lado, com as lideranças dos partidos e com a militância, que hoje é forte em toda Minas Gerais. O apoio e a presença dos núcleos Mulher, liderado pela Aparecida Moura; Afro, liderado pelo Arcanjo; Jovem, liderado pelo Filó; e da Fundação Ulysses Guimarães, presidida pelo Weber Americano, são de suma importância para conquistarmos nossos propósitos.

Temos totais condições de oferecer um futuro melhor para nossa gente. Com suor e trabalho, venceremos as batalhas e alcançaremos os objetivos. Nós, emedebistas, queremos ajudar o Estado a vencer as incertezas, superando as dificuldades de forma democrática, com harmonia, diálogo e sem fisiologismo.

Para finalizar, reitero minha satisfação por participar deste momento. Estar na presidência do MDB de Minas Gerais é motivo de orgulho e de responsabilidade; é um partido enorme, presente em cada um dos 853 municípios de Minas Gerais. Que a unidade possa conduzir nossos propósitos, sempre permeados pela coragem, harmonia e lealdade. Afinal, como diria Ulysses Guimarães, “a política é filha da consciência, irmã do caráter e hóspede do coração”.

Nós divergimos em todos os momentos. Minas Gerais é representada, hoje, em todos os cantos, pelos deputados estaduais, mas sabemos que o povo mineiro fala mais alto, que o MDB é mais forte que cada um; e convergimos nos momentos de harmonia, nos momentos em que o partido precisa de todos nós. Nós divergimos sim, mas convergimos no momento correto.

Agradeço a cada companheiro aqui presente, sobretudo aos irmãos emedebistas que tanto engrandecem este momento. Vocês fazem parte da história do maior partido do Brasil. Viva o MDB! Viva Minas Gerais! Viva o Brasil!

**Palavras do Deputado Tadeu Martins Leite**

Bom dia a todos e a todas. Quero iniciar cumprimentando o nosso querido amigo, presidente desta Casa Legislativa, deputado Adalclever Lopes. Quem vem fazendo, de fato, e quem conhece e acompanha o dia a dia da Assembleia sabe do seu belo trabalho à frente desta Casa.

Cumprimento, de forma muito especial, o 1º-vice-presidente da Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, o deputado federal Fábio Ramalho. E, na sua pessoa, quero cumprimentar todos os deputados federais presentes neste evento de comemoração dos 52 anos do nosso partido, MDB. Cumprimento uma das grandes referências que nós temos em Minas Gerais – e por que não dizer? – no Brasil, o ex-governador Newton Cardoso. Seja bem-vindo, mais uma vez, a esta Casa. Cumprimento o vice-governador e presidente do MDB estadual, ex-deputado desta Casa, vice-governador Antônio Andrade. Seja bem-vindo, mais uma vez, a esta Casa. Cumprimento o nosso grande e sempre governador do Paraná, senador, e uma das principais referências políticas que nós temos aqui no Estado de Minas Gerais, Roberto Requião. Seja bem-vindo ao Estado de Minas Gerais. Minas o recebe com uma salva de palmas. Quero cumprimentar os colegas e os parlamentares presentes nesta Mesa, começando pelo presidente do PV, deputado Agostinho Patrus, líder nesta Casa também. Obrigado pela presença. Cumprimento o presidente do PR, grande amigo também, Bernardo Santana. Seja bem-vindo a esta Casa. Cumprimento a representante do PCdoB de todo o Estado de Minas Gerais, Jô Moraes. Seja bem-vinda também. Cumprimento o nosso grande amigo, líder, que, de fato, é uma das principais referências nesta Casa, presidente do PRB estadual, deputado Gilberto Abramo. Muito obrigado por estar aqui.

Caro ex-ministro Luiz Dulci, representando o PT nacional, o PT estadual e o ex-presidente Lula. Muito obrigado por sua presença, e também seja bem-vindo. Cumprimento Roberto Requião, presidente do PPL. Obrigado também por sua presença. Quero cumprimentar Luiz Carlos Prestes Filho, representando a história de luta pela redemocratização do nosso país.

Deixei por último, porque, de fato, ele merece uma saudação especial, o talvez mais nobre filiado, sem desmerecer nenhum outro, obviamente, que há no Estado de Minas Gerais, nosso grande empresário, nosso grande amigo Josué Alencar. Obrigado pela presença aqui hoje com todos nós.

Quero, e acho que é justo, presidente, saudar também os deputados estaduais desta Casa. Eu falo em nome de todos os deputados estaduais e, obviamente, tenho de saudá-los e agradecer-lhes também por terem feito o pedido desta reunião especial: deputado Cabo Júlio, do MDB; deputada Celise Laviola; deputado Douglas Melo; deputado Iran Barbosa; deputado Isauro Calais; deputado Ivair Nogueira; deputado João Magalhães; deputado Leonídio Bouças; deputado Sávio Souza Cruz, secretário-geral do MDB; deputado Thiago Cota; deputado Vanderlei Miranda.

Peço uma salva de palmas para todos esses deputados do MDB que assinaram o requerimento e propiciaram a realização desta bela reunião.

Cumprimento todos os filiados, prefeitos, vereadores, vice-prefeitos, enfim, todos os amigos do PMDB que, de fato, carregam em seu peito esse amor, essa vontade de continuar sendo emedebistas. Cumprimento o líder do governo, deputado Durval Ângelo; o líder do bloco, deputado André Quintão e, na pessoa deles, todos os outros parlamentares de outros partidos que estão nesta homenagem.

Presidente, poderia iniciar minha fala discutindo como o nosso movimento começou; poderia lembrar o dia 24/3/1966, dois anos após o golpe militar dado em nosso país; poderia lembrar que o nosso partido foi fundado, caro Requião, um ano depois do Ato Institucional nº 2, que extinguiu todos os partidos do País, deixando aqueles que eram a favor da ditadura de um lado e todos os outros contrários à ditadura e a favor da democracia do lado de cá, no MDB; poderia relembra pessoas que foram fundamentais em toda essa trajetória.

Perdão, esqueci-me de saudar a nossa querida Eloísa, hoje representando o governador Pimentel, do Estado de Minas Gerais – seja bem-vinda, querida Eloísa, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres.

Mas poderia aqui lembrar as pessoas que foram fundamentais em toda essa trajetória, como Tancredo Neves. Por que não lembrar do Sr. Diretas, saudoso Ulysses Guimarães, que por meio de seus discursos eloquentes e do seu trabalho, conseguiu carrear multidões a favor da redemocratização, da democracia, do voto direto e, de fato, da liberdade de expressão; poderia lembrar a sua anticandidatura contra os ditadores e a ditadura militar; poderia lembrar o seu trabalho fundamental desenvolvido à frente da Assembleia Nacional Constituinte, que redundou, obviamente, em nossa Constituição de 1988. Talvez eu pudesse, caro Josué, caro presidente Adalclever, lembrar e repudiar, por exemplo, o Pacote de Abril, que fechou o Congresso Nacional por duas semanas, naquela época. Mas falo que poderia por quê? Porque, de fato, mesmo que estejamos hoje comemorando 52 anos do nosso partido, esse breve resumo que acabei de fazer já está na história. E, por mais que sintamos muito orgulho, ela já está escrita nos livros. Por isso, presidente, eu gostaria, nesta minha fala, de focar o presente e, principalmente, o futuro do nosso Estado e o futuro do nosso partido.

É importante lembrarmos que, nessa história que citei, em todos os momentos, houve a participação fundamental do Estado de Minas Gerais, seja por meio do Tancredo Neves em Brasília e também em Minas Gerais, seja por meio de nomes como o do ex-governador Newton Cardoso, que foi um grande trabalhador naquela época, do ex-senador Ronan Tito e de tantos outros que, de fato, contribuíram com esse cenário.

Mas quero, de fato, focar o presente. Escutei mais cedo alguns falarem que o MDB, de vez em quando, discute, briga, diverge, e é isso que é bom em nosso partido. Precisamos entender que o nosso partido, cada vez que discute, que diverge, cresce mais, mesmo no cenário nebuloso em que estamos vivendo, senador Requião, no Congresso Nacional e posso dizer, no nosso partido no cenário nacional. Mesmo nesse cenário, o MDB continua sendo o maior partido de Minas Gerais e o maior partido do Brasil.

É importante lembrarmos que, mesmo assim, o MDB ainda é o ponto de equilíbrio em todo esse cenário. Quero lembrar que temos mais de mil vereadores, 167 prefeitos e 118 vice-prefeitos no Estado de Minas Gerais. Somos a maior militância em nosso Estado, com 5 deputados federais e 13 deputados estaduais.

Agora, bem ou mal, o passado, como disse, já está escrito. Por isso, presidente, mesmo com esse presente de força, precisamos focar no futuro. Aqui não posso falar do futuro do nosso partido e do futuro do nosso estado sem, de fato, reverenciar e referendar duas pessoas nesta Casa legislativa. Não posso falar do futuro do nosso MDB sem falar do nosso grande filiado Josué Alencar, que é um dos maiores empresários que temos não apenas em Minas Gerais, mas também no Brasil. Ele aprendeu com seu pai, José Alencar, que todos nós conhecemos, a fazer a boa política, a fazer a política da construção, a fazer a política do crescimento. Por isso, Josué, quero cumprimentá-lo e dar o abraço desta Assembleia e deste deputado em você.

Também não posso falar do futuro do partido sem citar o nome do amigo e do grande presidente deputado Adalclever Lopes, que está aqui conosco hoje. Para quem não o conhece, o deputado Adalclever Lopes, além de ser um grande amigo e amigo dos amigos, é de fato um grande conciliador e, principalmente, dialoga em excesso, para conseguir dirimir os conflitos. Talvez vocês não saibam que o deputado Adalclever Lopes, de fato, é um grande gestor. Mesmo no tempo de dificuldade por que o País e o Estado passam, o deputado Adalclever Lopes conseguiu organizar a Assembleia Legislativa, cortar custos e realizar um trabalho excepcional. Não é à toa que foi eleito e reeleito, por unanimidade, presidente desta Casa Legislativa. Presidente, manifesto a minha admiração pelo grande homem público que V. Exa. é.

Quero encerrar, pois há outros oradores inscritos. Nós, do MDB, temos orgulho de ter o Josué e o Adalclever à frente do nosso partido. Tenho certeza de que serão de fato os representantes do futuro do nosso partido e do nosso estado. Paraphraseando o nosso presidente, deputado Adalclever Lopes, quero encerrar dizendo que, quando o MDB se posiciona, caros amigos, o cenário se altera. A partir de hoje, na comemoração desses 52 anos de fundação do nosso partido político, tenho certeza de que, com toda essa grande reunião que só o MDB é capaz de fazer aqui no Estado de Minas Gerais, desta solenidade sairá, sim, o próximo governador e o próximo senador da República, se Deus quiser. Um abraço a todos. Bom dia. Viva o MDB! Viva o Estado de Minas Gerais!

**Palavras da Sra. Eloísa Helena Carvalho de Freitas Pereira**

É uma honra enorme estar aqui representando as mulheres. Espero representá-las bem.

Exmos. Srs. Antônio Andrade, vice-governador, do MDB; deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa, nosso líder maior; senador Roberto Requião, expressão maior do nosso partido no Senado da República; deputado federal Fábio Ramalho, vice-presidente da Câmara de Deputados, por meio de quem cumprimento os demais deputados presentes; deputado estadual Tadeu Leite, nosso líder nesta Casa, por meio de quem cumprimento todos os deputados estaduais presentes; Newton Cardoso, nosso eterno governador de Minas Gerais; ilustre Dr. Josué Alencar, expressão de dinamismo, competência e honradez; ilustres companheiros e demais membros da Mesa; senhoras; senhores; bom dia. Bom dia, minha gente! Tomo a liberdade de assim tratá-los, pois, como uma grande família, hoje estamos reunidos com um só objetivo, que é comemorar os 52 anos da fundação do MDB, ocorrido no último sábado dia 24 de março. Comemorar, com os meus companheiros de partido, esse aniversário, especialmente um aniversário dentro da década dos 50 anos, época associada à plena maturidade, é motivo de muito orgulho.

Saliento apenas duas reflexões. A primeira delas se refere ao contexto da criação do partido, em 1966, quando o Ato Institucional nº 2 extinguiu os partidos existentes e o Ato Complementar nº 4 estabeleceu as condições para o bipartidarismo. Nascido como oposição ao regime militar, o MDB recebeu, já de início, homens públicos de diferentes visões, originários que eram dos diversos partidos extintos. A segunda reflexão é sobre essa diversidade de opiniões que não impediu a convergência em torno de princípios fundacionais. Entre eles, o compromisso com a democracia foi sentido como instrumento insubstituível para assegurar dignidade e justiça.

Seguindo no tempo, o partido não se desviaria desse princípio primordial e assentaria sua prática sobre o entendimento de que o povo e somente o povo é o sujeito, o fundamento de todas as instituições e medidas econômicas, sociais e políticas. O MDB, tornado PMDB em 1979, retornando, recentemente, à antiga sigla, confirmou-se, ao longo desses 52 anos, como o partido mais identificado com os interesses da população carente e frágil, com os movimentos sociais e reivindicatórios, com a defesa das minorias, com a tese de que os interesses do trabalho se sobrepõem aos do capital, com a defesa do interesse nacional, com o combate à corrupção e à sonegação.

É do alto dessa história, lembrada oportunamente nesse aniversário, que descortinamos os horizontes à nossa frente e vislumbramos o futuro que nos compete construir. Não, minha gente, esse partido não foge à luta e jamais renegará os princípios que nortearam sua fundação. Por mais difíceis que sejam os tempos que atravessarmos, não nos faltará coragem para trabalhar por Minas Gerais e pelo País de desenvolvimento, paz e prosperidade que sonhamos para o nosso povo. Vamos em frente, companheiros! Em Minas e no Brasil, o nosso tempo é agora.

E aqui fica o meu apelo muito particular às mulheres. Ainda somos numericamente poucas na cena política.

São apenas 6 deputadas num total de 77 parlamentares. Então a nossa luta tem sido exigente, permanente e crescente. Cada vez uma nova clareira de conquista é aberta, contudo, isso é ainda muito pouco diante do que falta para alcançarmos. Atualmente é inegável que a nossa contribuição pode agregar – e muito – valor no cenário político, haja vista a nossa singular capacidade para vocalizar os interesses coletivos, mormente aqueles diretamente afetos às minorias e aos excluídos. Somos capazes, sim, meninas! Vamos lá! A hora é agora.

Homens e mulheres do MDB, juntos somos o partido que marchará unido e firme, com raízes no passado e olhos postos no futuro. Muito obrigada, e viva o MDB.

**Entrega de Placa**

O locutor – Neste momento, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, o líder da Maioria na Assembleia, deputado Tadeu Martins Leite, e os deputados Cabo Júlio, Celise Laviola, Douglas Melo,

Iran Barbosa, Isauro Calais, Ivair Nogueira, João Magalhães, Leonídio Bouças, Sávio Souza Cruz, Thiago Cota e Vanderlei Miranda, acompanhados do presidente do MDB do Paraná e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, senador Roberto Requião, e do ex-governador Newton Cardoso, farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao vice-governador do Estado e presidente do MDB de Minas Gerais, Antônio Andrade. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Tudo tem o seu tempo. Agora é tempo de parabenizar o Movimento Democrático Brasileiro – MDB – pelos 52 anos de sua fundação. É tempo de cada homem público carregar no peito o ensinamento de Ulysses Guimarães: ‘O pusilânime nunca será estadista’. Para o Senhor Diretas, ‘sem a coragem, todas as demais virtudes – a fé, a caridade, o patriotismo – desaparecem na hora do perigo’. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais destaca a corajosa participação do MDB em momentos de grande importância para o Brasil, na luta pela construção de um país mais justo e solidário.”.

– Procede-se à entrega da placa.

### Palavras do Senador Roberto Requião

Que prazer, que satisfação enorme tenho em estar aqui com vocês, nesta cerimônia que, para mim, é o renascimento do PMDB no Brasil a partir de Minas Gerais! Aqui em Minas eu me sinto em casa. Organizei o PMDB do Paraná. Sou o filiado nº 1 do partido, Newton, e hoje sou presidente do partido no meu Estado.

Lembro-me de que, em determinado momento, fui candidato a governador, contra tudo e contra todos, sem nenhuma perspectiva de uma disputa séria na eleição, sem recursos. Newton Cardoso, registrei minha candidatura com o apoio da base progressista do PMDB. De repente, não mais que de repente, toca o telefone à noite, na minha casa. Pensei que era um trote. Um sujeito que eu não conhecia, com o qual nunca tinha conversado, se apresentou: “Sou o Newton Cardoso. Requião, você é candidato do nosso partido. De que está precisando?”. Imaginei que era um trote. “Você precisa de recurso? Que posso fazer por você?”. Respondi: “Não, não preciso de recursos não, mas me manda um avião porque não tenho como andar pelo Paraná”. Ele respondeu: “Não se preocupe, amanhã de manhã estará aí um avião táxi-aéreo que tenho, de uma empresa, para ajudá-lo”. Desliguei morrendo de rir. Alguém pensou que me deu um trote. No dia seguinte, não apareceu ninguém. No terceiro dia, bateram à porta de minha casa, às 6h30min da manhã. Apareceram para mim três anõezinhos. Piloto de avião geralmente é pequenininho e vestido com uma jaqueta de couro. Perguntei o que estavam fazendo ali. Responderam que eram pilotos do avião que o governador Newton Cardoso havia mandado para me dar uma mão na campanha. Fui governador do Paraná por três vezes. Só o fui, na primeira vez, graças ao apoio do meu velho amigo Newton Cardoso.

Nessa peregrinação pela política brasileira, por duas vezes cheguei a disputar pelo partido uma indicação para a presidência da República. Minas não me faltou. Antônio Andrade estava lá conosco, dando-me apoio, conversando, articulando, mas não deu certo. O partido acabou apoiando Fernando Henrique, na primeira vez. Na segunda vez, o partido apoiou a nossa presidenta Dilma Rousseff.

É por isso que me sinto em casa, em Minas. O Adalclever já é amigo de longo tempo. Temos nos encontrado nas andanças da vida e da política e já chegamos até a tomar um vinho e comer um churrasco na terra da esposa do nosso Newton Júnior, em Montevideu, no Uruguai. Então, a minha satisfação em estar aqui, com vocês, é muito grande. Mas ela é mais importante ainda porque vejo, em Minas, o renascer do velho MDB de guerra; vejo a volta da perspectiva do PMDB, daquele nosso documento, Mauro, *Esperança e Mudança*, desenvolvimento, nacionalismo e democracia, principalmente no momento em que não só o Brasil, mas o mundo inteiro sofre uma recidiva do capital financeiro para um domínio que eles chamam de globalização.

O nosso partido foi invadido por ideias que não são as nossas, que não foram forjadas pelas nossas bases e que se traduzem num raio de um documento chamado *Ponte para o Futuro*, escrito por e por encomenda de banqueiros. Nós estamos caminhando para a desindustrialização e para o atraso. Outro dia, convocado por nós na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, o Gen. Villas Boas, comandante do Exército, nos explicou que tivemos uma regressão brutal nos últimos anos, em função da adesão à guerra

fria em que Estados Unidos e Rússia disputavam a hegemonia do mundo. “Em 1980, Requião, tínhamos uma produção industrial superior à dos Tigres Asiáticos, Tailândia, Malásia, Coreia do Sul e China. O Brasil, industrialmente, produzia mais que os Tigres Asiáticos. Hoje não produzimos 15% do que eles produzem porque paralisamos o crescimento do País”. E esse crescimento, por incrível que pareça, na voz de um peemedebista, foi viabilizado por um vesgo nacionalista do governo militar. Não era democrático, mas nacionalista foi, viabilizou o desenvolvimento e prestigiou empresas estatais.

Mas, de repente, o projeto que se apresenta para o Brasil é transformar o nosso país numa espécie de celeiro do mundo, com venda de terras sem limite para empresas, fundos de pensão e países estrangeiros. Perdemos a nossa base territorial, a nossa agricultura, que, do ponto de vista tecnológico, é tão ou mais desenvolvida que a melhor do mundo, a dos Estados Unidos da América. E propõem a venda de terras sem limite, para globalizar a produção agrícola nacional. Tecnologia avançada e mecanização no campo, na mão de estrangeiros, podem significar um desenvolvimento econômico, mas não se traduz em emprego; tecnologia e mecanização significam desemprego. “Ah, sim, o *Ponte para o Futuro* nos dá o caminho.” Dulci, vamos precarizar a mão de obra, o trabalho, liquidar a CLT e tirar todos os direitos dos trabalhadores. E, tal como aconteceu na China, não haverá rebelião popular, não haverá protestos porque haverá empregos semiescravidados e mal-pagos que vão viabilizar o almoço para o trabalhador e talvez o jantar para a sua família.

O Brasil não vai aceitar isso; não o Brasil do documento *Esperança e Mudança*; não o Brasil do velho MDB de guerra; não o Brasil que conheceu o getulismo, que conheceu a Consolidação das Leis do Trabalho e todas as conquistas dos trabalhadores no mundo ocidental; não o Brasil que consolidou o seu processo de aposentadoria pública, de que hoje querem, sem mais essa nem aquela, lançar na mão da banca privada para que ela manipule as somas fantásticas das reservas de aposentadoria dos trabalhadores.

Minha gente, não é esse o PMDB. O PMDB renasce aqui em Minas Gerais. Renasce com essa manifestação forte do Antônio agora, na tribuna, dizendo que vamos ter candidato, sim, ao governo do Estado. E renasce com a esperança dobrada porque, há pouco mais de uma hora, numa reunião com a bancada dos deputados estaduais, essa parte importante do MDB consolidou uma proposta para o partido.

Nós teremos, sim, candidato a governador do Estado pelo MDB de Minas Gerais, e teremos candidato ao senado da República. A bancada colocou, para exame do partido, para resolver na sequência da mobilização da opinião pública, por meio do impacto desse lançamento, dois nomes, um para o governo e um para o senado: o do nosso presidente da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes, e o do filho do meu velho e inesquecível amigo José Alencar, Josué Alencar. O partido tem dois nomes para disputar o governo, e não tenho a menor dúvida de que, se vou voltar a Minas Gerais, vou fazer isso na posse do novo governador emedebista.

Minha gente, permita-me me estender um pouco mais, pois não é todo dia que venho a Minas Gerais. Estamos propondo a paralisação de investimentos públicos por 20 anos. Os Estados Unidos da América são presididos por Donald Trump – Donald é o nome daquele pato da Disneylândia –, que tem como vice um tal de Mickey, que não sei se é o Mickey Mouse, e é um nacionalista norte-americano. Ele pede, e o congresso americano lhe dá, US\$1.500.000.000,00 para investir na infraestrutura do país e retomar o círculo virtuoso do desenvolvimento econômico. E nós estamos paralisando tudo.

O mundo tem vivido crises recessivas muito maiores que as do Brasil. A Alemanha saiu da crise com um pacto entre grandes empresas do setor metalmeccânico e o Estado. Jogaram para baixo a remuneração da rolagem da dívida pública alemã, que, cá entre nós, não podia ser convertida em outra moeda, pois o marco, naquela época, não era conversível, e viabilizaram projetos fantásticos de infraestrutura garantidos por uma letra chamada Mefo, que era avaliada, garantida e honrada pela presidência da República e pelo governo alemão. Com essa parceria entre o setor metalmeccânico e o estado Alemão, em seis meses, acabou o desemprego na Alemanha, e, em uma semana, desapareceu a inflação.

Nos Estados Unidos, não foi diferente. Na Alemanha, o economista foi um alemão, economista liberal, Hjalmar Horace Greeley Schacht. No dia em que assumiu a condução da economia, esqueceu as teorias liberais e se convenceu de que era alemão. Proibiu qualquer compra do estado alemão com países que não comprassem da Alemanha, e não pagava em dólar, pois a conversão prejudicava o estado, pagava em produtos produzidos na Alemanha, ou seja, era um nacionalista na defesa de seu país. O Trump hoje taxa o aço do Brasil, da China, e anuncia que, até março, pode liberar a taxaço do aço brasileiro, mas vai estabelecer cotas para a nossa exportação, de modo a não prejudicar o emprego e a indústria norte-americana.

Nós, entretanto, estamos entregando o nosso país; estamos vendendo as empresas públicas; estamos vendendo a Embraer, a estrutura energética, enfim, estamos vendendo, a preço de fim de feira, toda uma estrutura montada em favor do povo brasileiro, absolutamente indispensável para a retomada do desenvolvimento.

Em uma crise, capitalista algum, Josué, investe, se não tiver a perspectiva imediata de que seu produto ou serviço seja comprado. Nós não teremos desenvolvimento sem investimento, e, na crise, só o Estado pode investir, porque ele não espera o retorno do lucro através da compra viabilizada pelo seu esforço econômico. E o investimento do Estado recria o círculo virtuoso do desenvolvimento, trazendo atrás dele a iniciativa privada.

Nos Estados Unidos, na grande crise, surgiu um gênio da economia. Henry Ford era um gênio da indústria, mas era da economia. Ele se suportou nas ideias de Taylor, o economista que dizia o seguinte: “A produtividade aumenta com a especialização do trabalhador. Ele vai produzir mais e melhor no mesmo tempo e pelo mesmo preço”. É o taylorismo, até hoje apreciado pelos economistas voltados à produção no mundo. Ford pegou essa ideia, a colocou numa linha de montagem, e conseguiu produzir o famoso Fordinho em quantidades enormes. Franklin Delano Roosevelt, presidente do país, propõe uma homenagem incrível ao Ford, a maior homenagem já feita a um americano pelo seu país. Subitamente, por incrível que possa aparecer, Henry Ford recusa a homenagem, e Roosevelt diz: “Mas, por que você está recusando uma homenagem do seu país, que, no momento de crise, quer premiá-lo por ter criado a linha de montagem que está aumentando a produção de todas as empresas americanas que aderiram ao processo”? O Ford diz a ele o que o Temer não entendeu ainda, o que o Meireles até hoje não aprendeu: “Presidente, eu não aceito a homenagem, porque nós estamos com a linha de montagem na forma como os Estados Unidos funcionam hoje, impedindo definitivamente a retomada do desenvolvimento econômico”. Mas por quê? Perguntou o presidente. E o Ford responde: “Porque nós estamos aumentando a nossa produtividade e não temos capacidade de consumo. As empresas todas vão quebrar. Não há a menor possibilidade de o desenvolvimento econômico se restabelecer”. Mas, então, o que eu faço? Pergunta o presidente. E Henry Ford dá a resposta que o Temer tinha de entender, que o Brasil precisa aprender: “Reduza a carga horária dos trabalhadores, por lei, e aumente os salários, e você recuperará a capacidade de demanda do País. Então, assim, será possível produzir, por que haverá comprador”. Ao lado disso, o estado começou a investir brutalmente em estradas, em hospitais, em portos, em hidrelétricas, e o desenvolvimento americano retornou.

Nós estamos no caminho contrário, mas esse MDB que se reúne aqui, esse MDB a que ainda menino me filiei e ajudei a montar no Paraná tem um documento que se chama *Esperança e mudança*. É o documento mais complexo e definitivo já feito para a retomada do desenvolvimento econômico do País. *Esperança e mudança* propõe investimentos públicos, apoio ao empresário brasileiro e valorização dos nossos trabalhadores. É isso que aqui, em Minas Gerais, hoje, na Assembleia Legislativa, vejo renascer no coração do nosso velho MDB de guerra, com candidaturas colocadas como a de Josué Alencar e do nosso presidente da Assembleia Legislativa.

Vamos à luta, companheiros, e contem com o Paraná nessa jornada.

#### **Palavras do Sr. Luiz Soares Dulci**

Bom dia, senhoras e senhores. Vou me dispensar de fazer a saudação a todos e a todas integrantes da Mesa, porque já foi feita aqui. Mas queria, nas pessoas do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, do vice-presidente da

Câmara dos Deputados, Fábio Ramalho, do ex-governador Newton Cardoso, e da deputada Jô Moraes, saudar a todas as pessoas presentes.

Aproveito para registrar que toda a bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, está aqui presente por reconhecer, antes de mais nada, a importância do MDB na condução dos destinos de Minas e do País.

É com muita alegria que represento a direção nacional do Partido dos Trabalhadores e, em particular, o presidente Lula, com quem estava, até ontem, na caravana pelo Sul do País. Ele me pediu que trouxesse sua palavra de saudação às importantes lideranças estaduais e nacionais aqui presentes, e acabou de falar um dos homens públicos mais representativos do nosso país e um grande orador, o senador e ex-governador Roberto Requião. Mas temos aqui também – e eu como mineiro da Zona da Mata, vi vários aqui – prefeitos de todas as regiões de Minas, vereadores e vereadoras de todas as regiões. Uma das características do MDB, no país como um todo, mas, em especial, em Minas Gerais, um Estado fortemente interiorano, sempre foi a sua capilaridade. O MDB sempre foi um partido com bases municipais fortíssimas em nosso estado e no País. Então, é com muita alegria que represento o nosso partido e o presidente Lula nesta solenidade.

Solenidade fruto do talento, da perspicácia do presidente Adalclever e dos deputados já mencionados da bancada do MDB na Assembleia, mas que é muito justa e muito oportuna, porque o MDB é um patrimônio da sociedade brasileira. O verdadeiro MDB lutou contra a ditadura, pela redemocratização, contra a injustiça social, pela dignidade dos trabalhadores e do conjunto da população. Esse MDB lutou pela soberania nacional. Eu era adolescente, na minha cidade de Santos Dumont, e o MDB tinha o senador Oscar Passos, por exemplo, em uma época em que era muito difícil ser do MDB. Muita gente foi cassada por ser do MDB.

Esqueci-me de mencionar os secretários de Estado que estão aqui, nosso Angelo Oswaldo, da Cultura, Sávio Souza Cruz, da Saúde, e Odair Cunha, secretário de Governo. Quero também registrar a presença deles.

Mas era muito difícil ser do MDB. Houve gente que perdeu o mandato só por ser do MDB naqueles anos do início do regime militar. Houve gente que foi isolada, que perdeu eleição por ser do MDB, por ter feito uma escolha pelo lado da democracia, quando era mais fácil apoiar a ditadura, quando era mais conveniente apoiar a ditadura. Eu, por exemplo, apoiei, quando jovem na Zona da Mata de Minas, uma pessoa que fez essa opção, o ex-deputado Tarcísio Delgado, de Juiz de Fora, uma belíssima liderança do MDB, que depois chegou a ser secretário nacional do MDB. Apoiei-o na eleição para prefeito de Juiz de Fora, onde vivia naquela época, em 1972, o ex-governador Itamar Franco, uma personalidade muito importante também na história do MDB, um senador importante que resistiu às privatizações indevidas. Ele resistiu à venda do patrimônio público a preço de banana, como se queria fazer naquela época e se quer fazer agora novamente. Ele resistiu para impedir a privatização do setor elétrico brasileiro, como se quer fazer novamente.

O MDB tem uma história muito bonita, pois, ao longo das décadas de 1960 e 1970, articulou a resistência à ditadura, perdendo eleições, sabendo perder eleições, o que, em uma democracia, é decisivo. O MDB nunca deu o golpe, em seu passado digno. Perdia e, no dia seguinte, estava novamente lutando para defender suas causas, porque sabia que, em algum momento, o País seria redemocratizado. E foi redemocratizado com uma contribuição decisiva do MDB.

Tive a honra de acompanhar depois, já como adulto – fomos colegas na Câmara Federal na legislatura de 1983 a 1987 –, o deputado Mauro Lopes. Naquela época, o deputado Adalclever Lopes era adolescente. Vamos ficando velhos e sendo superados legitimamente. Aliás, vejo uma pessoa aqui, um ex-deputado desta Casa, Manoel Conegundes. Pude testemunhar a sua luta em Barbacena, enfrentando as oligarquias tradicionais e construindo o MDB nas ruas, contra a máquina, contra o aparato do Estado. Ele está em pé ali, no fundo.

Depois, dando um salto, naturalmente – pois não vim contar história, porque vocês a conhecem muito mais do que eu, já que participaram e foram sujeitos, atores e atrizes –, depois, participamos ativamente juntos da belíssima campanha das Diretas Já no País e em Minas Gerais, na capital e no interior. Tive a honra de, naquele momento, ser o coordenador-geral adjunto. O coordenador-

geral da campanha das Diretas Já em Minas foi o falecido deputado Joaquim de Melo Freire. Estávamos juntos, com pessoas de linhas e trajetórias diferentes, alguns mais avançados, outros mais tradicionais, mas sem nunca abrir mão da defesa da democracia e sem nunca compactuar com os golpes, fossem militares, fossem civis.

Depois houve a luta pela Constituinte soberana. Peemedebistas ilustríssimos tiveram papel nessa luta em Minas Gerais, como Tancredo Neves, que faleceu, mas lutou por essa causa. A Constituinte foi presidida por Ulisses Guimarães. Aliás, tive a honra de ser presidido por ele quando fui deputado. Ulisses tinha posições, mas sabia agregar. Nesse sentido, ele era muito parecido com o presidente deputado Adalclever Lopes, que sabe agregar e que se empenha nisso, mas que, nem por isso, deixa de ter posições claras em defesa da democracia e da justiça social. Isso é muito importante.

A política no Brasil está muito desqualificada, mas a arte da política é imprescindível para a democracia. Faz parte da arte da política saber agregar, saber integrar e saber conviver com todos, até com a oposição. Não por acaso, o deputado Adalclever Lopes foi eleito e reeleito com os votos também da oposição nesta Casa. A oposição não votou nele pela identidade com as suas ideias e seus valores, que são progressistas e transformadores, mas certamente porque, ao presidir a Casa, ele respeita todos os setores e partidos, até os de oposição. Isso é o que deve ser feito em um parlamento digno do nome.

É muito justa a celebração dos 52 anos do MDB em nível nacional e estadual. No Estado, resistimos, governamos juntos em alguns momentos e estivemos separados em outros. Recentemente, fizemos uma parceria muito importante, que faz com que Minas Gerais, ao contrário de outros estados do Brasil, funcione. Minas enfrenta problemas enormes, até porque a atual administração herdou um Estado que, longe de ter tido um choque de gestão, na verdade estava quebrado. Mas Minas funciona. O Rio de Janeiro e o Espírito Santo não funcionam, mas Minas Gerais, com todas as dificuldades e limitações, funciona. Isso foi fruto de uma parceria entre os nossos partidos.

Queria encerrar dizendo a vocês que uma parte da minha vida passei votando no MDB. Eu poderia lembrar outras pessoas, mas lembrarei apenas uma da terra do senador Requião, que foi cassado pela sua verdadeira coragem. Refiro-me ao Alencar Furtado, grande liderança do MDB. Ele foi cassado pelas suas qualidades e não pelos seus defeitos.

Em geral, as pessoas foram cassadas. Em Minas, foram vários que, depois, filiaram-se ao MDB. Vou citar apenas o Dr. Sebastião Fabiano, que foi deputado desta Casa e prefeito de Nova Lima, cassado em 1965, por 20 anos proibido de exercer a medicina, que depois voltou a Nova Lima e, enfrentando seis adversários, teve 90% dos votos em sua cidade, e sem um tostão de ninguém, sem nenhum tipo de aparato.

Santos Dumont, minha cidade, sempre foi fortemente peemedebista e hoje é administrada pelo MDB, após duas administrações do meu partido. Vocês têm muitos motivos de orgulho e terão tanto mais motivos quanto mais prevalecerem no País as ideias do programa do MDB, quanto mais prevalecer no País o compromisso do MDB com a democracia. Esse é o grande desafio de todos nós, de todos que querem o bem do País, de todos que têm verdadeiro amor ao País, que querem fazer com que ele retome o caminho da democracia, interrompido em período recente, e, sobretudo, o caminho do desenvolvimento com inclusão e justiça social. O verdadeiro MDB é o dos direitos do trabalhador, e não o de uma reforma trabalhista para precarizar, para vulnerabilizar os trabalhadores e muitas outras coisas que vocês sabem.

É impossível retomar o desenvolvimento deste país sem o verdadeiro MDB, sem as ideias, sem os valores, sem as causas e a paixão democrática dos emedebistas e das emedebistas. Por isso, para mim foi uma honra o presidente Lula me pedir para vir representá-lo. Ele disse: “Dulci, além das coisas que você vai falar, pois sempre foi uma pessoa que aprendeu a admirar o MDB, diga que, além de todos os méritos do verdadeiro MDB, foi o partido que me deu” – por razões práticas foi vice por outro partido, mas sempre foi emedebista de coração – “o melhor vice-presidente que alguém pode ter tido na história deste país, José Alencar Gomes da Silva. Devo isso ao MDB, que, inclusive, entendeu que, naquela circunstância, para que pudesse ser meu vice, não poderia sair formalmente por ele, mas no coração sim, e na mente também”. José Alencar foi emedebista a vida inteira. Ele não entrou no MDB

para ser candidato; ele entrou para lutar contra o regime autoritário, para lutar em Ubá, em Caratinga, em Muriaé, no Estado como um todo pelas causas que o MDB sempre defendeu e pelas quais o Brasil sempre lhe será grato.

Quero encerrar agradecendo muito pelo convite e dizendo que nós, do PT nacional, queremos ser permanentemente parceiros do verdadeiro MDB, que é representado em muitos estados do País e, mais do que em qualquer outro Estado, em Minas Gerais, na nossa queridíssima Minas Gerais. Queremos ser do partido de vocês na luta pela resistência, em defesa da democracia, da soberania nacional, do Estado Democrático e também na luta pela afirmação. Pensamos como vocês: a melhor maneira de resistir é superando essa situação decepcionante que o País vive, recolocando o País nos trilhos e fazendo com que o nosso Brasil volte a ser plenamente democrático. E que tenhamos, como já tivemos no passado, desenvolvimento com inclusão social e plena soberania nacional.

Dou parabéns ao MDB, a todos vocês, à pessoa mais modesta que está aqui, no Plenário, nas galerias, da mais humilde cidade de Minas.

O verdadeiro MDB sempre foi um partido dos mais humildes deste país e será sempre um grande partido, que nunca se esquece disso e abandona o seu compromisso com a democracia e com o povo humilde. Muito obrigado.

### **Palavras do Deputado Federal Fábio Ramalho**

Presidente, deputado Adalclever Lopes, cumprimento a Mesa na pessoa de V. Exa., em razão da nominata que já foi feita. Também quero cumprimentar os deputados federais Mauro Lopes, Leonardo Quintão, Newton Cardoso e Saraiva, bem como todos os deputados presentes a esta grande homenagem pelos 52 anos do MDB.

Não vou falar sobre o histórico do PMDB, porque todos já falaram de forma brilhante, mas sobre um PMDB que, neste momento, precisa ter uma linha de pensamento e, sobretudo, coragem para dar a este país o de que ele necessita, além da retomada dos empregos. Precisamos recuperar o Brasil em razão dessa insegurança reinante, existente em todas as cidades brasileiras.

Sou contra o armamento, mas, neste momento, sou a favor de leis duras, que deem ao cidadão brasileiro o direito de defesa, deixando que eles tenham armas nas suas casas e fazendas. É dessa maneira que vamos começar a pensar um Brasil mais seguro. A bancada de Minas tem feito, principalmente o PMDB, a sua história na Câmara Federal.

Josué, pedimos ao presidente que fosse criada a MP da Cfem, mas depois o governo quis que ela caducasse. Naquela época, eu estava sentado naquela cadeira com o presidente da Casa – foi o destino –, e o líder do governo me disse que o governo não queria que eu pautasse essa Cfem. Então olhei para ele, da minha cadeira, e pedi para que falasse alto, porque não estava escutando, e ele baixou a cabeça. Em seguida, pedi para levar o meu recado ao governo, ou melhor, uma ordem. Falei: “Diga ao governo que, enquanto eu estiver sentado nessa cadeira, quem manda aqui sou eu. Diga ao governo que vamos votar a Cfem, e que ela deverá ser sancionada, senão vamos parar esta Casa”. Esse foi o meu recado e, por isso, a Cfem foi votada e sancionada. E agora estamos pedindo que seja regulamentada, para que todos os municípios mineiros e brasileiros possam receber mais recursos da Cfem.

Nesta semana, tivemos a alegria de votar um projeto de minha autoria, que é o projeto do queijo, cujo objetivo é fazer com que os produtos artesanais possam ser vendidos em todas as partes do Brasil e enriquecer a mesa do brasileiro. Nós, senador Requião, vivemos o País dos juros, e isso não é coisa só deste governo não, mas sim de vários governos anteriores, e temos que tomar uma atitude. Temos os juros mais absurdos e indecentes do mundo, uma taxa Selic de 6,5%, e juros de cartão de crédito de 300%.

Temos juros de 88% para os cidadãos. Isso é um absurdo. Temos, sim, de fazer reformas neste país; reformas são necessárias. As pessoas, um tempo atrás, viviam 62 anos, mas hoje vivem mais de 75 anos. Temos de viver o novo momento. Vivemos, sim, um novo momento de alta tecnologia. A inteligência tem de estar aliada a essa tecnologia para produzirmos mais e, sobretudo, para darmos mais segurança para as pessoas.

Deixo aqui o meu sentimento e os meus parabéns ao PMDB. Política se faz conversando; política não se faz difamando ninguém. É muito fácil dizer que Minas está num momento difícil. É muito fácil lembrar que ninguém quebra um Estado em três anos. Este Estado já vem sendo quebrado há mais de 30 anos. Temos de tomar medidas para que o Estado possa não somente não promover todo dia aumento de impostos, mas possa também dar ao cidadão melhores estradas, uma educação melhor, uma saúde melhor. Temos de repensar e fazer um Estado novo, um Estado para o povo.

Meu muito obrigado. Parabéns, PMDB! Parabéns, prefeitos e ex-prefeitos! Parabéns, vereadores! Parabéns, deputados estaduais! Parabéns ex-deputados, como José Santana! Minas vai dar o grito, e faremos um Brasil melhor como esse povo merece. Muito obrigado.

### Palavras do Sr. Josué Alencar

Cumprimento o Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, querido amigo Adalclever Lopes, que sempre fez muita parceria com meu pai, meu saudoso pai José Alencar. Em várias passagens da trajetória política, José Alencar contou com a presença importantíssima de Adalclever Lopes ao seu lado. Tenho absoluta convicção, Adalclever, de que continuaremos marchando juntos pelo bem do Brasil e de Minas Gerais. Adalclever tem feito, à frente da Assembleia Legislativa de Minas, com todos os nossos ilustres deputados, um trabalho magnífico, permitindo que o Estado de Minas opere de maneira adequada, apesar das inúmeras adversidades, incluída uma herança muito negativa recebida no início da atual gestão.

Meu querido deputado federal Fábio Ramalho, 1º-vice-presidente da Câmara, na pessoa de quem cumprimento todos os deputados federais presentes, e meu querido amigo senador Roberto Requião, também amigo de José Alencar, que sempre reclama que papai servia um vinho mais barato quando os dois jantavam juntos. Ele combinou com o meu pai que o meu pai continuaria pagando o vinho, mas quem o escolheria, antes dos jantares, seria ele, senador Roberto Requião.

Um grande brasileiro que, por duas vezes, já se lançou, pelo nosso partido, como pré-candidato à Presidência da República. Tenho certeza de que todos nós gostaríamos de que se lançasse pela terceira vez, senador Requião. Na sua pessoa, cumprimento todos os senadores presentes. Cumprimento o nosso querido Antônio Andrade, querido presidente do PMDB e vice-governador do Estado de Minas Gerais, que me convidou para me filiar ao MDB, em cuja pessoa cumprimento todos os chefes do Poder Executivo aqui presentes, de diversos municípios do nosso grande Estado. Também cumprimento o ex-governador Newton Cardoso, governador do MDB, que fez uma grande gestão à frente dos destinos do nosso Estado. Cumprimento todas as mulheres presentes, na pessoa da secretária Eloísa Helena e também da nossa querida Jô Moraes, que aqui representa o PCdoB. Gostaria também de cumprimentar todos os outros membros desta Mesa, todos eles presidentes de partidos em Minas Gerais, os diversos partidos que estão juntos com o PMDB e com o PT neste momento do Minas para Você, que faz um trabalho importante em prol do desenvolvimento de Minas. Vou cumprimentar todos na pessoa do deputado Gilberto Abramo.

Meus senhores e minhas senhoras, nessa comemoração dos 52 anos de fundação do MDB, é motivo de satisfação, para mim, reencontrar companheiros e amigos de todas as regiões de Minas. Por isso, quero deixar aqui o meu abraço para cada um dos presentes, pedindo que levem esse abraço aos demais correligionários do nosso Estado.

O Brasil, meus caros amigos, encontra-se hoje diante de uma encruzilhada. O PMDB, o histórico MDB, tenho certeza de que lado está. Nós estamos entre um Brasil que tem a tradição de ser solidário *versus* um país indiferente à sorte da nossa população. Estamos entre um país que pode proteger o mais frágil *versus* um país em que o mais forte se impõe. Estamos entre um país tolerante *versus* um país radicalizado; um país diverso *versus* um país que, na verdade, aplaude fobias.

Estamos diante da escolha por um país que pressupõe um estado forte, para que ele possa, sim, investir naquilo que é mais importante, que é a educação, a segurança pública, a saúde, esses, sim, elementos importantíssimos para diminuir a desigualdade social, *versus* um país que propõe um Estado mínimo, um Estado que esteja ausente de toda a vida econômica e social. Estamos diante da escolha por um país em que o crescimento econômico é visto como meio para conseguir alcançar objetivos que são sempre sociais

*versus* um país em que o crescimento econômico é colocado como um fim; um país em que se defende a soberania nacional *versus* um país em que temos uma verdadeira desnacionalização; um país em que se defende a união *versus* um país em que se defende um sectarismo cada vez maior, o que não é característica da nossa população tolerante, generosa e amiga; um país em que as reformas econômicas visam a um Estado mais eficiente, o que é preciso sempre buscar, *versus* um país em que as reformas econômicas são feitas para saciar a sede do mercado financeiro; um país em que se fortalecem as atividades produtivas *versus* um país do rentismo, em que se vive dos juros – como bem destacou o deputado Fábio Ramalho – mais exorbitantes do planeta; um país que investe no mais fundamental, no seu futuro, que é a nossa educação – e, obviamente, a educação pública tem papel fundamental nesse importante objetivo nacional –, e um país em que os recursos para a educação estão sendo disputados com os recursos para a segurança pública, como se ambos não fossem prioridades nacionais.

O MDB de Minas, como o de vários outros estados – e aqui está o nosso nobre senador Requião, que defende essas mesmas bandeiras –, está do lado correto dessas escolhas. O MDB de Minas Gerais precisa voltar a ser o ponto de união dos brasileiros. Precisamos buscar, na história de nossas lutas, a reconquista do valor maior: a liberdade, o caminho para o País reencontrar o entendimento e abrir novas oportunidades para o aperfeiçoamento da atividade política e as bases para um novo círculo de desenvolvimento econômico e social. O MDB de Minas Gerais, o maior do País, está pronto para assumir a vanguarda desse trabalho. Sua história de lutas e conquistas o credencia para esse desafio. Aos nossos maiores líderes, Antônio Andrade, Adalclever Lopes, Newton Cardoso, para citar apenas alguns – e quero citar ainda o saudoso amigo Armando Costa –, a eles todos está reservada essa missão que conta, tenho certeza, com o respaldo de emedebistas de todos os recantos.

Filiei-me ao MDB com o compromisso de buscar na política os meios de fazer do Brasil um país forte, pujante, rico e digno de seu povo. Tenho certeza de que, onde quer que esteja, continuarei ao lado deste MDB, com esse mesmo compromisso, que fica reafirmado junto aos caros companheiros emedebistas de Minas Gerais; renovo e amplio o compromisso com o progresso e com o desenvolvimento de Minas e do Brasil. Unidos pela boa causa, nós, mineiros, podemos e devemos dar ao País o exemplo de luta e determinação em favor da recuperação da harmonia política, que leva ao progresso econômico e social, bem como à melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Estou certo de que, caminhando lado a lado, chegaremos lá.

Muito obrigado. Parabéns ao MDB por seus 52 anos.

### **Palavras do Presidente**

Queridos emedebistas, disseram-me que, pela formalidade, o presidente tem que falar da cadeira, mas eu disse que não, o presidente do MDB tem que falar da tribuna, pois o maior homenageado deste dia são os verdadeiros e únicos donos do partido: seus filiados, vereadores, prefeitos, presidentes de diretórios, delegados; esses são os únicos e exclusivos homenageados do dia.

Senhoras e senhores, quero cumprimentar meu querido e dileto amigo Fábio Ramalho, que é o embaixador de Minas Gerais em Brasília, nosso querido Fabinho Ramalho; e o Exmo. Sr. vice-governador do Estado de Minas Gerais e presidente do PMDB de Minas Gerais, Antônio Andrade. Tenho a certeza, Antônio, de que muitas coisas nos dividem, mas que o que nos une é esse PMDB de guerra. Marcharemos juntos e vamos construir a candidatura do MDB em Minas e no Brasil.

Cumprimento o Exmo. governador do Estado de Minas Gerais no período de 1987 a 1991, meu querido guru, chefe, mestre, amigo, companheiro que sobe qualquer morro, querido Newton Cardoso.

Cumprimento o Exmo. Sr. presidente do MDB do Paraná e presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, nosso querido senador Roberto Requião. Quero deixar claro, senador, que V. Exa. é sempre a luz no fim do túnel do MDB de Minas. Querido amigo e companheiro Roberto Requião.

Cumprimento meu querido amigo, companheiro, fraterno amigo. Quero dizer que seu pai foi a maior referência em minha vida como amigo e como político. Quero repetir o que nós dissemos, Josué, para o seu pai na casa do Mauro Lopes, à época, ao então presidente do MDB do Brasil, Michel Temer: “Abrir mão do José Alencar era abrir mão de Minas”. Aqui, repito a mesma fala: V.

Exa., querido amigo, parceiro, aquele que representou em todos os momentos e, neste ato, os filiados que disputaram a eleição proporcional e majoritária, Josué, nós não abrimos mão de você na próxima candidatura ou quando for necessário para Minas e para o Brasil.

Cumprimento o líder da Maioria. Quando olhamos para este jovem, vemos o futuro. Um jovem doce, amigo, parceiro, firme e que, apesar de jovem, é líder de 53 deputados na Assembleia Legislativa, o nosso timoneiro, deputado Tadeu Martins Leite, que falou em nome de toda a bancada do MDB na Casa.

Cumprimento a Exma. Sra. procuradora adjunta, mulher da Câmara dos Deputados. Hoje, quero dizer a você, Jô, à Eloísa Helena, que aqui falou, à Maria Elvira, que está aqui também e é nossa amiga, a vocês que representam 51% da população e são mães dos outros 49%, vocês são 100% no Brasil e no mundo, queridas mulheres.

Cumprimento o meu querido presidente do PV, deputado Agostinho Patrus Filho, que fez questão de estar aqui conosco, e muito bem representa a coligação, líder do bloco independente, que é um bloco de mais de 23 deputados. Ele leva isso com uma facilidade e talento como seu pai, que nos chamava carinhosamente a todos de padrinhos.

Cumprimento o presidente, meu querido amigo, querido companheiro, que também subiu todos os morros, querido amigo timoneiro, que, de vez em quando, vai a minha sala para fazer uma grande oração para mim, sujeito que, em todos os momentos que estive na Assembleia, caminhou ao meu lado, meu querido amigo e presidente do PRB, deputado estadual Gilberto Abramo.

Cumprimento o vice-presidente do PT nacional, grande representante. Quando olhamos para ele, vemos o Lula. Meu querido Luiz Dulci, quando olhamos para você, vemos a nossa composição, a nossa coligação. Quero dizer, Dulci, que, no final da minha fala, vou ler um poema de Bertolt Brecht, que, toda vez que o leio, me lembro do está acontecendo com o presidente Lula. Então, sendo solidário contra as injustiças que estão fazendo com o Lula, quero citar Bertolt Brecht ao final, para dizer que precisamos nos incomodar, principalmente com os que mais precisam, que são aqueles que representamos, os mais pobres e menos favorecidos.

Querido amigo, companheiro de todas as horas – estão ele e seu pai à minha frente, meu padrinho Zé Santana, cuja família, hoje, com o Gustavo, está representada também pelo querido amigo e companheiro timoneiro, Bernardo Santana; querido presidente do Pátria Livre, Francisco Rubió, que veio do Oito e, em uma militância fantástica no Estado de Minas Gerais, fez a cabeça de muita gente, até ajudou a fazer a minha – pedi-lhe que viesse, porque é muito importante para a história de Minas.

Pedi que estivesse compondo a Mesa e fiz questão de que se sentasse no último lugar à esquerda, para deixar claro que toda a esquerda está representada por ele, Luiz Carlos Prestes Filho. Como seu pai teve a Coluna Prestes, aqui em Minas, o MDB faz a coluna do MDB nacional através desses guerreiros e lutadores que fazem o contraponto nacional, que faz a unidade e a sintonia com o povo brasileiro. Querido amigo Luiz Carlos Prestes Filho, obrigado pela presença.

Quero agradecer especialmente aos convidados, a todos os que aqui estão, que são os únicos e verdadeiros donos do nosso querido MDB, os seus filiados, presidente de diretórios, delegados, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do MDB, a quem cumprimento e novamente digo: são os verdadeiros e únicos donos do nosso querido MDB. Foram 164 prefeitos, 118 vice-prefeitos, 1.059 vereadores eleitos por vocês, pela militância do meu querido MDB.

Agradeço a ilustre presença do ex-governador Newton Cardoso, que foi deputado federal, prefeito de Contagem, governador, vice-governador, fundador do MDB, e participa hoje ativamente com suas opiniões e influência nos rumos do nosso partido. Teremos a oportunidade aqui, no Plenário desta Casa, de fazer o lançamento do seu livro, que ocorrerá em seguida e conta a história do MDB e do povo mineiro com a garra, a precisão e, acima de tudo, a sabedoria do Newton Cardoso.

Disse e quero repetir, senador Roberto Requião, para que fique marcado, não porque quero ser repetitivo, mas porque o senhor, que é presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, é sempre a luz no fim do túnel, é sempre a

referência, em Brasília e no Senado, do MDB de Minas Gerais. É com muita alegria e com muita honra que recebemos a presença de V. Exa.

Cumprimento especialmente a bancada do meu MDB. A bancada da Assembleia Legislativa tem algumas características interessantes, que são a unidade, o espírito público e, principalmente, a coerência. É uma honra integrar e já ter sido líder por quatro vezes da maior e mais representativa bancada de deputados deste Parlamento. Está aqui o nosso 1º-secretário, deputado Rogério Correia. Querido Requião, é desta Mesa, onde V. Exa. está sentado, exatamente no lugar onde V. Exa. está sentado, que o 1º-secretário, Rogério Correia, faz a chamada dos deputados. E assim o faz: “Deputado Adalclever Lopes, deputada Celise Laviola, deputado Iran Barbosa, deputado Ivair Nogueira, deputado Leonídio Bouças, deputado Tadeu Martins Leite, deputado Vanderlei Miranda, deputado Cabo Júlio, deputado Douglas Melo, deputado Isauro Calais, deputado João Magalhães, deputado Sávio Souza Cruz, deputado Thiago Cota”. E o MDB em Minas responde: “Presente”. Essa é a bancada do MDB. Aqui o MDB, por meio dos seus representantes eleitos, escreve uma página na história de Minas Gerais.

Senhoras e senhores, estamos aqui hoje para comemorar os 52 anos do MDB. São 52 anos de resistência muito bem simbolizada na figura do Ulysses Guimarães. Ulysses nos deixou uma lição de coragem e de fé na boa política, de respeito ao nosso povo e em defesa da democracia. Senhoras e senhores, sobre coragem, Ulysses dizia ser ela a matéria-prima da civilização. Sem ela, os deveres e as instituições perecem. Sem coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz nem os evangelhos. O MDB é um partido ímpar. Sabemos que, sozinhos, não conseguiremos o cumprimento dos seus princípios. Por isso, dialogamos com todos os partidos, sem exceção. Dialogamos com todos os partidos, principalmente com os que estão aqui representados na Mesa por seus presidentes e com aqueles que possuem maior afinidade conosco.

Acreditamos firmemente que a democracia é instrumento essencial para assegurar a dignidade e a justiça. Em tempos sombrios, que embaçam a bela história do nosso partido, a maioria do MDB de Minas cada vez mais se alinha com nosso compromisso histórico, consignado no documento *Esperança e Mudança*. Querido senador, acredito que o MDB deve continuar nos guiando com esperança e mudança, em apoio às lutas sociais e ao desenvolvimento nacional.

Ela esteve aqui para nos dar um abraço, mas teve de sair porque está em sua luta. Quero agradecer a sua presença e por ter vindo nos dar o seu abraço. Refiro-me à nossa querida e guerreira Beatriz Cerqueira. Sabemos que a manutenção das conquistas sociais só é possível através do voto. E vivam os movimentos sociais!

Por isso, o MDB de Minas participou de todas as campanhas políticas em nosso Estado; apenas em duas, de 2006 e de 2014, não lançamos candidatos a governador, mas participamos das chapas, indicando candidato a vice-governador, que foi o Antônio Andrade, e a senador, Josué Alencar. Sempre elegemos bancadas fortes, com representação de todas as regiões de Minas. Temos uma longa história de lutas, de momentos muito difíceis e também de grandes vitórias. Mas o futuro nos espera, especialmente neste ano de 2018, ano em que renovamos os governos e os parlamentos. A participação do MDB é fundamental. Por fim, estaremos juntos por Minas e pelo Brasil.

Encerro com a leitura do sempre atual Bertold Brecht, poeta alemão: “Primeiro levaram os negros, mas não me importei com isso: eu não era negro. Em seguida levaram alguns operários, mas não me importei com isso: eu também não era operário. Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso porque não sou miserável. Depois, agarraram os desempregados, mas, como tenho meu emprego, também não me importei. Agora, estão me levando, mas já é tarde. Como não me importei com ninguém, ninguém se importa comigo”.

Temos o dever e a missão de nos importar com todos, senão eles não se importarão conosco. Lembro que o olhar de todos nós deve estar voltado para os que mais necessitam. O aniversário do MDB é o aniversário de todos nós! Feliz aniversário a todos! Parabéns e até a vitória!

### Lançamento de Livro

O locutor – O livro *Newton Cardoso – A verdade por trás da lenda*, de autoria do próprio Newton Cardoso, passa a limpo a trajetória desse ilustre homem público. A biografia narra cada passo do ex-governador de Minas e descreve sua relação com os grandes nomes das políticas mineira e nacional. O livro ainda revela seus arrependimentos e triunfos e as traições que teve ao longo da vida pública. A biografia é a chance de conhecer a história de um dos mais emblemáticos governadores de Minas Gerais.

Pedimos aos interessados em receber informações sobre como adquirir o livro que cadastrem seus dados na secretaria do evento, no andar térreo da Assembleia de Minas. Neste momento, ouviremos o ex-governador de Minas Gerais e autor do livro, Newton Cardoso, expoente homem público mineiro.

### Palavras do Sr. Newton Cardoso

Gente, antes de saudar a Mesa, quero dar uma boa notícia. Vou falar pouco, e haverá um belo almoço daqui a pouco. Não existe líder de barriga vazia. Em 30 minutos, estaremos num almoço maravilhoso, minha oferta para vocês, pois merecem.

Caríssimo presidente da Assembleia, companheiro Adalclever Lopes, timoneiro desse partido; prezado Toninho Andrade, que construiu a candidatura do PMDB. A engenharia em construir a nossa candidatura foi do Antônio Andrade. Saúdo meu amigo Requião, que está muito mudado. Requião, antigamente, era o Gregório de Matos Guerra, o “boca do diabo”, o “boca do inferno”. Hoje, está um homem moderado. Fala, evidentemente, com sua inteligência, mas muito mais moderado do que era antigamente. Hoje está bombando no Sul como candidato a governador do Paraná a não ser que não queira. Saúdo a Mesa, todos os partidos presentes, todos, pois isso demonstra a capacidade, a inteligência do Adalclever Lopes em trazer os companheiros a esta reunião. Saúdo o deputado Saraiva, aniversariante do dia, que hoje faz 25 anos, de política, evidentemente! Na pessoa de meu querido filho, grande deputado federal, que surpreendeu a todo o Brasil com sua capacidade e inteligência, Newton Júnior, saúdo a bancada federal; meu afilhado Fabinho Ramalho, amigo e companheiro de longa data, e a Mesa.

Vou pedir permissão para saudar duas pessoas, duas princesas, se assim me permitem. São duas princesas que estão presentes, mas que eu não sabia: a Débora e a Átala, minhas filhas. Duas princesas que aqui vieram me surpreender com sua presença.

Deputados estaduais, lideranças, prefeitos, amigos do PMDB, convencionais, era para ser uma reunião do partido, mas virou convenção do PMDB. O deputado Adalclever Lopes conseguiu, com essa sua inteligência, trazer todo o mundo, todos os partidos políticos que se fazem presentes, essas pessoas maravilhosas do PMDB. Todas vieram em razão do chamamento do Adalclever.

Eu esperava ver os senhores lançarem as candidaturas, mas o Requião não deixou. O Requião avançou o sinal, junto à bancada estadual, e lançou a nossa chapa: deputado Adalclever Lopes e nosso honrado senador, filho do José Alencar. Tenho a certeza de que essa chapa, com a liderança do Adalclever, e em razão da competência do PMDB e da inteligência do PT, vai avançar em Minas e ganhar as eleições.

Doravante somente as conversas políticas e os conchavos para levar a bom termo. Aliás, não existe hoje, em Minas, para falar a verdade, nenhuma liderança. Hoje vejo, neste Plenário, meus antigos companheiros de partido, alguns já de idade, mas também vejo o PMDB revivido, ajuizado e preparado para o futuro. O outro lado acabou, não existe mais. Não existem mais candidaturas do outro lado. Hoje vemos um PMDB sadio, porque o PMDB podre existe, não é, Requião? Mas menos no Paraná e em Minas. Existe o PMDB pobre, a maçã podre, mas esse não nos interessa, e precisamos separar o joio do trigo. Felizmente, também existe o PMDB do bem. Aliás, se porventura o Michel Temer se candidatar à Presidência da República, eu voto no Bolsonaro, mas não voto nele. Tenho que ter vergonha na cara. Felizmente, hoje nenhum mineiro está no ministério – desde a República e o Império –, não chamaram Minas para compor. Minas não faz parte dessa desgraça nacional. Minas não faz parte dessa mixórdia, dessa vergonha. Minas está livre. Minas terá candidatura própria, sem o apoio de Brasília. Aliás, não queremos o apoio de Brasília porque suja o nosso nome.

Não tem ninguém do PMDB aqui com nome na Odebrecht, nem na Mendes Júnior, nem nessa mineira suja também, que é a Andrade Gutierrez. É tudo podre. Onde está o PMDB de Minas nessa confusão? Não está, porque temos vergonha, temos caráter e coragem. Napoleão foi corajoso porque riscou a Europa com sua espada para mostrar os valores dele. Na verdade, ele mandou capturar o rei de Portugal, D. João VI, que fugiu. Quando avançaram sobre o porto, o rei gordo, cheio de galinha e rapé no bolso, fugia para o Brasil.

Maria Joaquina, louca, cheia de sífilis, esperneava. Esperneava mais que o marquês de Abrantes. “Não quero fugir para o Brasil, eu sou louca” – era descendente dos Bourbons. E a criação de um Brasil diferente, corajoso, que culminou com a nossa independência. Napoleão, na maioria das vezes, era isso, o cônsul Napoleão. Mas D. João VI, no Brasil, não fez nada a não ser comer galinha e fugir outra vez para Portugal, nos deixando aqui.

Nossa história era cheia, repleta de coisas. Tentei fazer um livro. O Guilherme insistiu muito, e fiz o livro. Sou tomista, leio São Tomás de Aquino, que diz: “Temo o homem de um livro só”. *Timeo hominem unius libri*. É o latim tomista. Fiz esse livro, e é o terceiro que lanço. Os outros não têm nenhuma razão política, mas esse é um livro corajoso. Leiam-no. Tem muita novidade nesse livro. Depois ficarão arrependidos de não terem comprado o livro. É um livro de coragem, de determinação na história de Minas Gerais, desde JK até os nossos dias. É um livro bem-feito, bem prefaciado por um grande companheiro, o Adalclever Lopes.

Adalclever, você aprendeu lições com seu pai, velho guerreiro, rodoviário, que mexeu muito com o Estado de Minas. Seu pai é um exemplo. Você agora terá coragem de enfrentar uma campanha, com o PMDB unido. Você terá o PMDB ao seu lado e, talvez, muita gente dos partidos que estão hoje aqui presentes. E não é só o Adalclever Lopes, não: faremos composições políticas, até com o PT, com o qual tive grandes desavenças; vamos nos reconciliar com todo o mundo de Minas Gerais. Minas é superior a todos nós; Minas fala mais alto que todos nós. Por tudo isso, estaremos unidos, nessa empreitada maravilhosa. Vamos lançar Josué para o Senado e Adalclever para o governo de Minas Gerais.

Antes de terminar, quero agradecer a vocês a presença. Convido para um almoço maravilhoso lá no Expominas; então, não vão perder. Muito obrigado e boa tarde.

O locutor – Neste momento o ex-governador Newton Cardoso fará a entrega simbólica de um exemplar autografado do seu livro ao presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes.

– Procede-se à entrega do livro.

### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 27, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 27/3/2018.). Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 2/1/2018**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Não havendo matérias a serem discutidas ou votadas, passa-se à abordagem de assuntos institucionais e administrativos. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 5 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 5 de janeiro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/1/2018**

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Não havendo matérias a serem discutidas ou votadas, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença sem vencimento para tratar de interesses particulares ao servidor Breno Guimarães Lima, no período de 19 de fevereiro de 2018 a 18 de fevereiro de 2020, nos termos do art. 161 da Resolução nº 800/67. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2 de janeiro de 2018, o servidor Sérgio José Barcelos, ocupante do cargo efetivo de Procurador; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2 de janeiro de 2018, o servidor Antonio de Fatima da Cruz, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo art. 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2 de janeiro de 2018, a servidora Cleia Aurora Praes, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Redator-Revisor. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 12 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 12 de janeiro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 12/1/2018**

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-

se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Precisa Conservação e Limpeza Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de mecânica automotiva e manobra de veículos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 55/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 8 de janeiro de 2018, a servidora Rosângela Alves Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais: a partir de 10 de janeiro de 2018, o servidor Ademir Faria de Sousa, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; a partir de 12 de janeiro de 2018, a servidora Rosemary Aparecida Martimiano, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, dispensando o servidor Rodrigo Conde Baêta da Costa da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; designando a servidora Ana Carolina Pinheiro Euclides para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 19 de janeiro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

### **ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/1/2018**

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Gráfica e Editora Dom Bosco Ltda. - EPP, tendo como objeto a aquisição de envelopes timbrados – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão

Eletrônico nº 106/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a CEI – Serviços de Engenharia Ltda., tendo como objeto a aquisição de materiais e equipamentos para as subestações elétricas III e IV do Palácio da Inconfidência – parecer favorável à contratação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5.295, de 15/12/2006, nomeando o servidor Dawson Rossi Matos para o cargo de Diretor da Diretoria de Polícia Legislativa; nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, dispensando, a partir de 22/1/2018, Dawson Rossi Matos da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Polícia Legislativa – Gerência de Policiamento Ostensivo; designando o servidor Evandro Cesar Alves Ribeiro para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Polícia Legislativa – Gerência de Policiamento Ostensivo; nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, nomeando os seguintes servidores, em virtude de classificação em concurso público: Luiz Henrique Maia Cruz para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, Área I – Desenvolvimento de Sistemas; Magno do Carmo e Silva para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, Área I – Desenvolvimento de Sistemas; Raphael Pena Cavalcanti para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, Área I – Desenvolvimento de Sistemas; Bárbara Bruna Machado Vilela para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, Área I – Desenvolvimento de Sistemas; Lilian Lima Quintão para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Administrativo; Patricia Capanema Silva Duarte para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Administrativo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 24 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 24 de janeiro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 24/1/2018**

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, no uso de suas atribuições, em especial das previstas nos incisos IV e V do *caput* do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 1997, ao julgar as defesas contra a adequação dos vencimentos, pensões e proventos ao comando constitucional que impõe o teto remuneratório, apresentadas por servidores ativos e inativos nos processos administrativos, decide pela regularidade e validade dos procedimentos adotados na instauração e na tramitação desses processos e pelo indeferimento completo das defesas apresentadas, tendo sido observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa. Decide ainda por oportunizar o recurso de pedido de reconsideração, sem efeito suspensivo, na forma do disposto no art. 198 da Deliberação da Mesa nº 269, de 1983. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e

seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Alencar da Silveira Jr. referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços para atualização e implantação de nova versão do Sistema Eletrônico de Votação SEV-2000, incluindo integração com o Sistema de Informações Legislativas de Minas Gerais – Silegis-MG e atualização dos terminais biométricos de votação e terminais da Presidência para garantir melhor desempenho operacional e usabilidade para os deputados – parecer favorável à contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Secretaria-Geral Adjunta da Mesa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado João Leite referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Claro S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de acesso a sinais de TV por assinatura, com uso de tecnologia digital, para a captação, distribuição e ativação de até 300 pontos de sinais de TV, bem como a criação de infraestrutura, além do empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores digitais e controles remotos, e a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 96/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, dispensando Paulo de Castro Gonçalves da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação – Gerência de Projetos de Gestão da Informação; dispensando Rosana Carla Froes da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação – Gerência de Informação Legislativa; designando Simone Torres de Souza para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação – Gerência de Informação Legislativa; designando Welder Antônio Silva para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação – Gerência de Projetos de Gestão da Informação; nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, nomeando os seguintes aprovados em concurso público: Caio Túlio Guimarães de Souza para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Administrativo; Luana Hofman de Barros para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo – Área I – Interlocução Social e Desenvolvimento de Projetos Institucionais; Geralda Luiza de Miranda para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo – Área I – Interlocução Social e Desenvolvimento de Projetos Institucionais. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 1º de fevereiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de fevereiro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/3/2018**

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Ulysses Gomes, Mário Henrique Caixa e Bosco (substituindo o deputado Fábio Avelar Oliveira, por indicação da Liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão na sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 27/1/2018: ofício da Sra. Ana Carolina Silva Costa, diretora-geral em substituição do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.424/2017, em turno único, do qual designou como relator o deputado Fábio Avelar Oliveira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.812/2015 e 4.394/2017 (relator: deputado Mário Henrique Caixa), que receberam parecer por sua aprovação. São aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.558/2015, 4.270, 4.465, 4.514, 4.575, 4.580 e 4.663/2017. Registra-se a presença do deputado Fábio Avelar Oliveira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 11.167/2018. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2018.

Ulysses Gomes, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Tiago Ulisses.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/3/2018**

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BVC), Emidinho Madeira (substituindo o deputado Antonio Lerin, por indicação da liderança do BCMG) e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Durval Ângelo, Dalmo Ribeiro Silva, Rogério Correia e Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a privatização de Furnas e lançar a Frente Parlamentar contra a privatização de Furnas – empresa do Sistema Eletrobras. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, procurador-geral de justiça adjunto Institucional, publicado no *Diário do Legislativo* em 8/3/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.441/2018, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater o rompimento do mineroduto da Anglo American Minério de Ferro, no Município de Santo Antônio do Grama. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o deputado federal Leonardo Quintão; os Srs. Adeberto José de Melo, prefeito de Piumhi e presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – Ameg – Passos; José Eduardo Terra Vallory, prefeito de Capitólio e presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas – Alfenas –; Marcelo Mendes Passuelo, prefeito de Fronteira e diretor administrativo da Executiva da Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas – Amusuh –, o prefeito de Abdon Batista (SC) e presidente da Amusuh – Brasília (DF); Felipe Sousa Chaves, diretor da Associação dos Empregados de Furnas – Asef (RJ); Miguel Ângelo de Melo Faria, diretor-presidente dos

Eletricitários de Furnas, e Fernando Ribeiro Queiroz, diretor do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais – Senge/MG. O presidente, deputado João Vítor Xavier, coautor do requerimento que deu origem ao debate, faz uso da palavra para suas considerações iniciais. Na sequência, o deputado Antônio Carlos Arantes assume a presidência e o deputado João Vítor Xavier deixa a reunião. A presidência concede a palavra aos deputados Emidinho Madeira, Dalmo Ribeiro Silva e Cássio Soares, coautores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.442/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada visita técnica ao relator do projeto de lei que dispõe sobre a privatização da Eletrobras, deputado federal José Carlos Aleluia, na qual sejam entregues as notas taquigráficas da audiência pública sobre o assunto;

nº 11.443/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada visita técnica à Usina Hidrelétrica de Furnas;

nº 11.444/2018, dos deputados Emidinho Madeira, Rogério Correia e Dalmo Ribeiro Silva, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao presidente da República, ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Senado, à presidente do Supremo Tribunal Federal – STF – e à procuradora-geral da República pela privatização de Furnas;

nº 11.445/2018, dos deputados Cássio Soares, Dalmo Ribeiro Silva, Rogério Correia, Emidinho Madeira e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a transferência da capital do Estado para o Município de São José da Barra, no dia 22 de março de 2018.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2018.

João Vítor Xavier, presidente.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/3/2018**

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco, Dilzon Melo e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.404/2018. É recebido pela presidência e, submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.480/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada reunião com convidados para debater a preservação da Mata do Jardim América, em Belo Horizonte. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 11.447/2018, do deputado Ivair Nogueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação de centro de compostagem em local desapropriado no Município de Betim, situado na área de proteção ambiental de Vargem das Flores.

nº 11.478/2018, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos socioambientais do rompimento de um mineroduto da empresa Anglo American Minério de Ferro S.A. em Santo Antônio do Grama, na região da Zona da Mata.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2018.

Glaycon Franco, presidente – Carlos Pimenta – Marília Campos.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/3/2018**

Às 16h13min, comparece na Sala das Comissões o deputado Antonio Carlos Arantes, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dilzon Melo, Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina, em audiência de convidados, debater, com o ministro do Trabalho e Emprego, Helton Yomura, as demandas do setor agropecuário e agroindustrial no que concerne ao trabalho e ao emprego no ambiente rural e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Mariana Maia, advogada; e os Srs. Helton Yomura, ministro do Trabalho e Emprego; João Carlos Gontijo Amorim, superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais; Rogério Arantes, advogado, representando o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; Geraldo Magela Silva, analista institucional, representando o presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais; Sérgio Araújo, assessor da Presidência da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, representando o presidente; Marcelo Nogueira de Moraes e Thiago Magalhães, advogados, representando o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais; Valdomiro Mendes Pereira, diretor da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas de Minas Gerais, representando o presidente; José Luiz de Magalhães Neto, diretor de Relações Governamentais da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais, representando o presidente; Edilson Cruz, gerente institucional da Câmara de Dirigentes Lojistas, representando o presidente; Marcelo Bueno, advogado, representando a OAB; e Arnaldo Lemos Figueiredo, da Prefeitura de Contagem. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se as presenças dos deputados Gustavo Valadares e Roberto Andrade. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2018.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Fabiano Tolentino.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/3/2018**

Às 10h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* da Sra. Cristiana Cyrino Borges de Andrade, de Belo Horizonte, e dos Srs. Leonardo Vianna, de Nova Lima, André Firmiano Pedro e Patrick Romário Rodrigues, ambos moradores do Município de Guanhães, e Eslainy Repossi, que manifestam posição contrária à aprovação do Projeto de Lei nº 1.154/2015, de autoria do deputado Bonifácio

Mourão, que transforma a unidade de conservação Parque Estadual Serra da Candonga, no Município de Guanhães, em área de proteção ambiental e monumento natural Pedra da Candonga e dá outras providências. Também foi recebido *e-mail* da Sra. Thais de Faria e Sousa, de Governador Valadares, que manifesta posição favorável ao referido projeto. A presidência informa que o Projeto de Lei nº 1.154/2015 se encontra em apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e encaminha as correspondências para a referida comissão, para ciência do relator, deputado Luiz Humberto Carneiro. A presidência informa o recebimento de *e-mail* do Sr. Daniel Tygel, presidente da Aliança em prol da APA da Pedra Branca, que solicita a marcação da visita ao IEF, aprovada pela comissão, para tratar da elaboração dos estudos técnicos com o objetivo de criar a área de proteção ambiental do santuário ecológico da Pedra Branca (a presidência solicita o encaminhamento do *e-mail* ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento, para ciência). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.985 e 9.986/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 11.447 e 11.478/2018. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.503/2018, do deputado Inácio Franco, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o Decreto nº 47.383, de 2/3/2018, que estabelece normas de licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades;

nº 11.550/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação do centro de compostagem, no Município de Betim, em local desapropriado na área de proteção ambiental de Vargem das Flores;

nº 11.551/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater o impacto da plantação de eucaliptos em regiões do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha levando à escassez das águas superficiais e subterrâneas, com graves repercussões para o consumo humano e o meio ambiente.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2018.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire – Ivair Nogueira.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/3/2018**

Às 14h44min, comparece na Sala das Comissões o deputado Duarte Bechir, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as parcerias entre as Apaes e o Estado, tendo em vista a comemoração do Dia Estadual das Apaes, em 25 de março. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Tatiane Patrícia dos Reis Sanção, diretora de Proteção Social de Alta Complexidade, representando a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Ana Regina de Carvalho, diretora de Educação Especial, representando o secretário adjunto da Secretaria de Estado de Educação; Maria Juanita Pimenta, consultora Técnica da Federação das Apaes, representando o presidente da Federação das Apaes de Minas Gerais; Margareth Caldas de Souza Anício, superintendente de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação; Judith Monteiro, presidente da Apae de Belo Horizonte; Maria Aparecida do Nascimento, presidente da Apae de Tocantins; e Maria Celeste de Paula, conselheira regional da Apae Centro-Oeste III, de Bom Despacho; e os Srs. David Mello de Jesus, coordenador de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, representando o secretário adjunto da Secretária de Estado de Saúde; Eduardo Barbosa,

deputado federal, representando o presidente da Federação das Apaes de Minas Gerais; Daniel Rangel, secretário executivo da Uniapae. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2018.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho – Antonio Carlos Arantes.

## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona pelas operações realizadas em 28/2/2018, nos Municípios de Elói Mendes e Varginha, que resultaram na prisão de oito pessoas envolvidas em uma facção criminosa e na apreensão de pedras de substância análoga ao *crack* (Requerimento nº 10.266/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com Zacarias Ferreira da Silva por seu aniversário (Requerimento nº 10.270/2018, do deputado Léo Portela);

de repúdio ao Projeto de Lei Federal nº 7.419/2006, que se encontra pronto para pauta no Plenário, por configurar grave ameaça aos direitos dos usuários de planos de saúde privados, uma vez que pretende liberar as operadoras de prestar serviços hoje obrigatórios (Requerimento nº 10.283/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com Izabela Karenn de Góis Araújo pela participação no programa *The Voice Kids* (Requerimento nº 10.286/2018, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com Aluizer Malab, presidente da Belotur, pelo excelente trabalho que vem realizando à frente da empresa, colocando Belo Horizonte definitivamente no mapa do carnaval brasileiro (Requerimento nº 10.294/2018, do deputado Ricardo Faria);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação na ocorrência, em 11/3/2018, em Nova Lima, que resultou na recuperação de produtos furtados de um *buffet* e na detenção dos suspeitos do furto (Requerimento nº 10.395/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Lima Duarte pela inauguração de sua sede (Requerimento nº 10.405/2018, do deputado Duarte Bechir);

de repúdio ao presidente da República, ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Senado, à presidente do Supremo Tribunal Federal – STF – e à procuradora-geral da República pela privatização de Furnas (Requerimento nº 10.423/2018, da Comissão de Minas e Energia);

de congratulações com o Sr. Roberto Carlos Machado, presidente da Associação Médica de Governador Valadares, pela realização do Projeto AMGV 80, em homenagem aos 80 anos do Município de Governador Valadares (Requerimento nº 10.441/2018, da Comissão de Saúde);

de congratulações com o Sr. Mardio Bento Costa pela realização da operação Tarja Preta, que culminou por trazer a lume esquema supostamente criminoso de venda ilegal de medicamentos de uso restrito em Governador Valadares (Requerimento nº 10.444/2018, da Comissão de Saúde).



## PRONUNCIAMENTOS

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/3/2018

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Saúdo as mineiras e os mineiros presentes nas galerias, em casa e em toda a nossa Minas Gerais.

A data de hoje marca as celebrações pelo transcurso do Dia Internacional da Síndrome de Down, criado e comemorado, desde 2006, pela organização Down Syndrome International. A escolha da data recai sobre o 21 de março para representar a singularidade da triplicação do cromossomo 21, que causa essa ocorrência genética.

Em dezembro de 2011, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU – aprovou, por unanimidade, resolução que designou, no âmbito dos estados-membros, o 21/3 como o Dia Internacional da Síndrome de Down.

Nesse contexto, torna-se digno de registro e de maior regozijo de nossa parte o fato de ter sido a resolução proposta e promovida pelo Brasil e copatrocinada por 78 estados-membros da ONU. Por essa razão, desde 2012 o Brasil é um dos países patrocinadores da realização da conferência anual pelo Dia Internacional da Síndrome de Down, na sede da ONU, em Nova Iorque.

Também por iniciativa da Missão Brasileira junto à ONU, acontece, desde o ano passado, na sede do Conselho de Direitos Humanos da Organização, em Genebra, na Suíça, evento alusivo ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

O objetivo do dia é celebrar a vida das pessoas com síndrome de Down e disseminar informações para promover a inclusão de todos na sociedade. A data presta-se, igualmente, ao propósito de conferir voz e visibilidade às pessoas que nasceram com a trissomia e para defender o seu direito à inclusão em todas as esferas da sociedade, em igualdade de condições com os demais.

No Brasil, estima-se que haja mais de 200 mil pessoas com a síndrome. Os dois temas sugeridos para o Dia Internacional da Síndrome de Down são: 1 – Com o que as pessoas com trissomia contribuem para a comunidade; 2 – O atendimento à saúde, determinante na vida dessas pessoas. Sem dúvida alguma, o acesso à saúde é fator decisivo na vida das pessoas com trissomia 21. Isso porque, muitas delas, desde a tenra idade já requerem cuidados cirúrgicos, que demandam respostas rápidas e eficazes.

Infelizmente, senhoras e senhores deputados, embora o preceito legal fixe o direito à prioridade de tratamento, não raro se registram casos de bebês e crianças com síndrome de Down que enfrentam situações graves e não conseguem ser atendidas, mesmo com decisão judicial que determine as providências devidas. São inúmeros os casos de crianças que têm de se deslocar por distâncias enormes, às vezes até para outros estados distantes de seu lar, para a realização de procedimentos cirúrgicos.

Nesse diapasão, torna-se imperativa a criação e a ampliação da capacidade das UTIs pediátricas. De igual modo, é urgente que centros cirúrgicos infantis sejam implantados em todo o País para que o direito de acesso à saúde seja efetivado em todas as regiões. Evidentemente, para que as pessoas com a trissomia possam desfrutar de uma vida plena e saudável, é imprescindível diagnosticá-las de forma rápida e eficiente e oferecer, com eficiência e efetividade, os tratamentos.

Ainda nesse aspecto, é essencial que o desafio relativo às subnotificações de nascimentos de pessoas com síndrome de Down seja superado, para que os dados oficiais sejam seguros e capazes de referenciar a dimensão da questão e apontar a forma adequada para a ação do poder público. Nessa direção, merece destaque a campanha Síndrome de Down tem diretriz, por meio da qual difundem-se as Diretrizes de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down, que explicam as principais ocorrências e estabelecem

um calendário de acompanhamento médico, exames e vacinas indicadas, para que as pessoas com síndrome de Down possam ter realmente uma vida plena e saudável.

Felizmente, ainda que em meio às dificuldades existentes, há muito o que se festejar na data de hoje, deputado André Quintão. É notório que pessoas com síndrome de Down têm rompido muitas barreiras e apresentado grandes avanços. Em todo o mundo, e também no Brasil, é cada vez maior o número de pessoas com síndrome de Down que estudam, trabalham, vivem com autonomia, se casam e alcançam posição destacada no ambiente universitário. Nesta data, portanto, renovamos a nossa confiança em que os esforços que se multiplicam resultarão na derrubada definitiva de barreiras que impedem a inclusão das pessoas com deficiência.

Neste momento, até mesmo por uma deferência muito especial, quero reproduzir a mensagem do deputado Eduardo Barbosa, presidente da Federação das Apaes, que nos enviou um comunicado, cuja leitura farei a seguir, anexando-a à nossa fala neste dia 21/3/2018.

“Quero cumprimentar o deputado Duarte Bechir e todos os deputados dessa comissão.

Quero saudar os membros da comissão: deputado Nozinho, deputado Arnaldo Silva, deputado Leandro Genaro, deputado Antonio Carlos Arantes, que promoveram hoje a audiência, deputado Elismar Prado, que sempre empresta seus trabalhos à comissão, deputada Ione Pinheiro, deputada Celise Laviola e todos os pares da Casa, pois, sempre que precisamos, eles têm se comprometido com a comissão. O deputado Eduardo Barbosa também os cumprimenta e vai adiante: “Quero cumprimentar o deputado Duarte Bechir e todos os deputados dessa comissão, que discute de forma permanente as questões que envolvem a pessoa com deficiência em nosso estado. Obrigado pela deferência não só à minha pessoa, mas também ao movimento que represento.

Dessa forma, deixo aqui minha mensagem nessa sessão que hoje vocês, deputados e deputadas, dirigem com muito zelo e com muita sensibilidade.

As datas de comemorações devem ser vistas de forma extremamente consciente. O bom seria se nós não tivéssemos nenhuma data que viesse salientar as especificidades das pessoas, porque sonhamos ainda com uma sociedade onde todos sejam semelhantes de fato, semelhantes nas oportunidades, nos seus direitos cotidianos, nos seus direitos individuais e sociais. Mas, infelizmente, a nossa sociedade ainda cria segmentos, guetos, separações e distingue aqueles que podem e que não podem usufruir daquilo que a inteligência humana construiu.

E, por isso, as datas se tornam essenciais para despertar o outro, aquele que não se enquadra naquela característica, para perceber que as possibilidades humanas são diversas e que nós temos que aprender a conviver com todas essas possibilidades. Possibilidades de caráter, de talentos, de preferências, de dificuldades, de defeitos, mas que a essência humana exige de nós a compaixão, dentro do aspecto de se colocar no lugar do outro, pois apenas dessa forma passamos a respeitar as pessoas.

Então, deixo aqui esta mensagem e tenho certeza de que esta comemoração realizada na Assembleia tem impactos políticos e educativos grandiosos. Abraços. Deputado Eduardo Barbosa.”

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* – Antes de mais nada, quero fazer um elogio ao deputado Duarte Bechir pelo trabalho à frente dessa comissão. É um trabalho muito importante, muito significativo, e merece ser elogiado. O papel do parlamentar é este: defender os mais excluídos e marginalizados da sociedade.

Aqui, nesta semana da pessoa com deficiência, temos de trazer um registro a respeito da manifestação preconceituosa da desembargadora Marília de Castro Neves, que recentemente fez três afirmações. Esse fato demonstra que a magistrada não dignifica a toga que veste. Em redes sociais, além do preconceito que manifestou e da mentira em relação à vereadora Marielle Franco, que foi assassinada no Rio de Janeiro, ela fez uma fala depreciativa sobre uma professora com síndrome de Down, uma professora auxiliar. Nessa fala, ela se interroga: “O que será que essa professora ensina a quem? Esperem um momento que eu fui ali me matar e já volto,

tá?”. Infelizmente, ela não vai cumprir o que disse na sua segunda fala, algo que talvez melhoraria muito o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de triste memória e envolvido em tantas denúncias de corrupção.

É interessante, pois a pergunta dela é em relação à Débora Seabra, uma jovem de 36 anos, a primeira educadora com síndrome de Down no Brasil. Ela já lançou até livro, aliás, livro com apresentação para o grande escritor Ubaldo Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras. É uma professora que inclusive já foi a uma rede de televisão e foi feita uma reportagem sobre ela. A desembargadora se referia particularmente a uma notícia da *Voz do Brasil* a respeito de uma portadora da síndrome e professora: Débora Seabra. É lamentável!

Fica aqui o nosso protesto. O CNJ anunciou que investigará essa cidadã porque ela também defendeu a morte do deputado Jean Wyllys, dizendo que ele não valia a bala que poderia matá-lo. Ela demonstrou preconceito também em relação ao público LGBT. Então, é um absurdo.

Portanto, de um lado, fica esse brilhante trabalho que V. Exa. coordena e que merece todo destaque. V. Exa. é o deputado das Apaes nesta Casa e da pessoa com deficiência. Do outro lado, infelizmente há essa desembargadora que desmoraliza e, ao mesmo tempo, assume um papel tão negativo e preconceituoso em relação a alguém com síndrome de Down. Então, gostaria de fazer essa ressalva, esse destaque.

O deputado Duarte Bechir – Quero, presidente, agradecer a palavra do deputado Durval Ângelo, que vem acrescentar força àquilo que traduzimos em nosso discurso.

Através da comissão, vamos tomar as providências para que junto ao CNJ chegue o ponto de vista, a reclamação, a opinião, a nossa indignação com essa magistrada do Estado do Rio de Janeiro, que, no dia de hoje, muito bem lembrado pelo deputado Durval Ângelo, fez uma pergunta às redes sociais: “O que essa mulher poderia ensinar para os outros?”. Talvez a magistrada precise primeiro aprender a respeitar o ser humano, as diversidades, antes de questionar a professora que possui síndrome de Down, mas exerce o seu trabalho com muita honradez, determinação e gosto. Ao contrário da magistrada que, em sua consciência maligna, perversa, exclui as pessoas. Nós todos aqui na Casa, através da comissão, trataremos de repercutir no CNJ, pedindo que as providências sejam tomadas.

Para terminar, presidente deputado Dalmo Ribeiro, fizemos este trabalho, este material, que será distribuído aos nossos pares e a toda a assessoria da Casa, especialmente hoje, dia 21 de março, sobre a síndrome de Down. Ele contém mitos e verdades e fala o porquê do dia 21 de março, que não é por acaso. Aqui conta a história, pede apoio e reconhece o valor que tem de se dar a essa luta, para que as pessoas com síndrome de Down sejam reconhecidas, inseridas e respeitadas na sociedade. Vamos fazer a divulgação deste material para os demais pares.

Agradeço a oportunidade e termino dizendo: 21 de março, Dia Internacional da Síndrome de Down. Eu respeito e trabalho por essa luta. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge\* – Amigos e amigas, caríssimos deputados, pessoas que nos assistem, queria falar da minha tristeza no dia de hoje. Saindo do banho para ir trabalhar, recebi uma ligação da minha filha aos prantos, perguntando se a polícia estava na minha casa. Houve um tempo em que a gente dizia que quem não deve não teme. Nesses tempos bicudos, a gente não deve, mas teme do mesmo jeito. Existem muitos abusos, não foi o caso, e preocupei-me então em saber o que acontecia, já que a minha filha relatou uma matéria de um jornal de grande circulação, que dizia que a polícia estava na minha casa, que havia um helicóptero sobrevoando a área e que estava havendo um procedimento de busca e apreensão. Alguns colegas ligaram para saber se eu estava recebendo alguma condução coercitiva, ou coisa que o valha.

Ao fim, apurando o que estava acontecendo, vi que foi iniciada hoje uma operação da Polícia Federal, para apurar possível irregularidade num contrato executado pela Secretaria de Saúde. É importante dizer que a empresa, alvo dessa investigação, está na SES desde 2003 ou 2004. A empresa, portanto, antecedeu a minha entrada na SES e, após a minha saída, ela permaneceu na

secretaria, presta serviços ao governo até hoje, acho que à Secretaria de Governo. Portanto, deve ser uma empresa com portfólio robusto, que justificasse a sua presença numa licitação da SES.

Obviamente nem eu nem outro gestor contratamos empresa alguma por ato de vontade. As grandes estruturas do governo do Estado contam com controladoria, auditoria, jurídico, setor de compras, responsáveis pelo certame licitatório. Nem mesmo a execução de contratos é feita diretamente pelo gestor da pasta. No caso específico, era pela área da comunicação.

A Polícia Federal teve um indício, consignado pela própria Controladoria-Geral do Estado, e procedeu a uma investigação. Pelo que apurei através da imprensa até agora, é uma investigação importante, correta. Tive notícia de que a coletiva do delegado federal deixou consignado que não existe nenhum indício em relação à minha pessoa. E, ao fim e ao cabo, eu não sou investigado. Quero deixar claro aos meus amigos que não houve nenhuma busca e apreensão em domicílio, muito menos qualquer tipo de ação em relação à minha pessoa ou ao meu mandato. Mas vejam os senhores, no meio da manhã, o medalhão de um jornal de grande circulação me ligou pedindo desculpas pelo equívoco, dizendo que haviam apurado e não havia nenhuma associação da investigação com a minha pessoa, a não ser o fato de eu ter sido gestor à época. Aliás, eu fui gestor, depois veio outro gestor, depois, outro gestor, depois, outro gestor, além daqueles que me antecederam, sempre com essa empresa na SES. Deputado João Leite, é por isso que o assunto diz respeito a todos nós, dado o desequilíbrio pelo qual a República passa neste momento.

Houve maledicência de algum setor, que plantou, em *off*, uma história que não é verdadeira, e irresponsabilidade de alguns setores da imprensa que publicaram, sem sequer me ouvir, sem sequer dar direito ao contraditório, uma história que não existe. Quero insistir nisso. As pessoas que nos assistem devem saber que nós, homens públicos, mesmo aqueles que não foram gestores, não podemos refutar jamais nenhum tipo de investigações quando há denúncia de irregularidade. Como gestor estadual, coordenei mais de R\$15.000.000.000,00, e nunca houve um reparo na minha conduta. Aliás, tenho 32 anos de serviço público. Quando chegava à secretaria alguma denúncia, mesmo anônima, enquanto eu fui gestor, eu mandava apurar, deputado André Quintão, sempre preservando as pessoas, sem fazer nenhum tipo de prejulgamentos, sempre relevando um dos pilares da nossa civilização, que é o direito à inocência, à presunção da inocência. Hoje a presunção da inocência não existiu, e a vítima fui eu, a vítima foi minha filha, as vítimas foram os meus familiares, que foram açodados por uma notícia que não é verdadeira. Coloco-me sempre alinhado com aqueles que buscam a verdade e espero que a diligência da Polícia Federal tenha total êxito na apuração dos fatos. Apesar de não ser alvo da investigação, desde já me coloco à disposição para qualquer tipo de contributo que possa dar. Ressalto que o delegado da operação, no que apurei até agora, agiu com muita retidão e com muito profissionalismo – e assim esperamos que seja –, mas o grande erro quem cometeu, infelizmente, foi o quarto poder, a imprensa, que publicou uma matéria inverídica dizendo que eu era investigado, que eu tinha ligações com determinada empresa e depois, com muita agilidade, em 2 ou 3 horas – vejam V. Exas. –, percebeu o grave erro e se retratou. A Rádio Itatiaia, na figura do nosso querido amigo Eduardo Costa, imediatamente me ligou dizendo que já tinha a versão correta dos fatos e me colocou no ar agora há pouco. Além disso, o seu repórter esteve na coletiva de imprensa produzida pela Polícia Federal e ouviu por mais de uma vez que o delegado não tem indício algum – não é suspeita – do envolvimento dos gestores.

A República anda muito imperfeita, vivemos um clima muito odioso que contamina a nossa atividade de parlamentar e gestor, infelizmente.

Com muita humildade, digo que não professo aqui, de forma nenhuma, arrogantemente, uma forma de agir que me coloque acima das instituições ou acima da verdade, e repúdio, com todas as minhas energias, o que foi feito hoje, de me associarem a uma operação policial a qual eu devo ter a obrigação de acompanhar – eu e os gestores que me precederam e que me sucederam enquanto essa empresa esteve lá. Repúdio veementemente a associação precoce, a ilação e a fala, que foi escrita e televisionada, de setores da imprensa que não foram buscar nenhum documento, nem mesmo a nota oficial da Polícia Federal sobre o assunto, para se

manifestarem. Afiançaram-se em um *off* de um setor do qual me preservo de dizer o nome agora, porque tomarei providências, um *off* maledicente, possivelmente de adversários de campo político, para produzir esse estrago.

A nossa história ilibada mereceu solidariedade de amigos, quer da situação, quer da oposição; mereci rapidamente a dignidade da retratação pela própria imprensa, mas eu queria dizer que meu coração está muito apertado, muito magoado pela violência do ato. As redes sociais se incendiam rapidamente, e, ao fim e ao cabo, querido amigo Arlen Santiago, a manchete é deste tamanho, mas o desmentido é deste. Vamos acompanhar e até tentar apurar responsabilidades.

Quero dizer que tenho o maior interesse na apuração. Nem a servidora em questão, que foi alvo de uma busca e apreensão na sua casa, nem a empresa em questão, que já estava na SES há mais de 10 anos, nunca tiveram uma denúncia nem nenhum indicativo de que sua conduta não fosse ilibada ou que não atendesse aos preceitos da normalidade institucional. Se houve erro, que seja apurado. Se houve irregularidades ou ilícitos, sejam as pessoas responsabilizadas. Mas insisto, com a presunção da inocência e com a responsabilidade da preservação das pessoas, até que o correto e diligente inquérito, que a polícia parece encaminhar com muita retidão e profissionalismo, chegue a termo.

Vamos todos nos unir contra esse estado de coisas, em que as pessoas são execradas sem o direito à defesa. Estou reparando a verdade, mas com a consciência, infelizmente, e muito entristecido, de que o estrago foi feito. Espero que isso não ocorra novamente, nem para o pior inimigo. Muito obrigado a todos pela atenção.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Deputado Antônio Jorge, enquanto o deputado Bosco se encaminha à tribuna, como V. Exa. ainda tinha 4 minutos, gostaria de dizer, em nome do bloco de oposição, da nossa solidariedade e confiança total no seu trabalho, na sua história, com a certeza e a convicção de que tudo será, como já foi com o seu pronunciamento, esclarecido. A nossa total solidariedade e confiança.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Bosco\* – Caro presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, público que nos honra com a sua presença e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, gostaria, ao iniciar as minhas palavras, de fazer também uma referência, a exemplo do deputado Duarte Bechir, que nos antecedeu nesta tribuna, mandando um abraço especial a todos os portadores de síndrome de Down, por ser hoje o Dia Internacional da Síndrome de Down. E, abraçando todos os portadores de síndrome de Down, quero também transmitir um abraço fraterno a todas as pessoas das instituições que dedicam um tratamento especial a essas pessoas que são por demais especiais, como as Apaes e todas as associações que hoje têm um foco, um olhar muito especial voltado aos portadores de síndrome de Down, às nossas crianças e aos nossos jovens especiais.

Mas nesta oportunidade, presidente e caros colegas deputados e deputadas, gostaria de fazer uma breve reflexão sobre a minha trajetória política. Já há 24 anos estou na militância política e, falo com orgulho, Pedro, da boa política, da política construtiva e propositiva. Durante estes 24 anos, tive a chance de ser vereador na minha querida Araxá por quatro mandatos consecutivos, sempre como um dos vereadores mais bem votados da cidade. Agora, estou em meu segundo mandato como deputado estadual. Cheguei a esta Casa, caro presidente Dalmo Ribeiro Silva, em 2010, apenas com 32 mil votos. Em 2014, tive a grata satisfação de ser reeleito com 72.535 votos, mais do que o dobro da votação que conseguimos na eleição de 2010. Acredito que esse crescimento, que me coloca hoje entre os deputados mais bem-votados do Estado de Minas Gerais, não se deve a uma mágica nem a uma coisa qualquer. Deve-se primeiro, Renato, é claro, às graças de Deus; segundo, ao reconhecimento do eleitorado pelo trabalho que temos realizado nesta peregrinação política. Na política sempre defendi e defenderei dois pilares: a coerência e o respeito. Nunca faltei, em momento algum, com o respeito aos meus colegas, aos meus pares, quer da situação, quer da oposição, e assim também sempre agi com o meu eleitorado. É por isso, acredito, que recebemos como deputado estadual a maior votação da história de Araxá: só em Araxá recebemos 41 mil votos, o que significa 77% dos votos da cidade. De fato, acredito que isso é um reconhecimento de nosso trabalho.

Assim, quero manifestar minha insatisfação e até mesmo tristeza pelo posicionamento infeliz do nosso colega Sargento Rodrigues, pessoa a quem respeito mas que, na semana passada, em uma entrevista à TV Sintonia, uma emissora de Araxá, levantou dúvidas sobre a nossa atuação neste Parlamento, sobretudo no que diz respeito à representatividade da minha querida cidade de Araxá. Acredito que isso foi injusto e que o colega deputado Sargento Rodrigues não percebeu que, no final do ano passado, quando chegou a esta Casa um projeto do governo do Estado propondo a venda de 49% da Codemig, eu, como representante de Araxá, e ouvindo a população da cidade, me posicionei contrariamente a ele; votamos contra esse projeto cuja votação ocorreu aqui no dia 19 de dezembro, coincidentemente dia do aniversário de Araxá.

Nós votamos, de forma consciente, pela não aprovação daquele projeto que, mesmo com o nosso voto contrário, foi aprovado e se transformou em lei. Quanto ao projeto que está em tramitação e que altera a Lei nº 22.828, meu posicionamento também não será diferente, porque sou coerente e continuarei sendo coerente. Meu posicionamento se deve ao anseio do povo de Araxá, porque sabemos que praticamente mais de 90% da receita da Codemig é advinda de Araxá, da mina de nióbio de Araxá.

Portanto, é natural que nós, araxaenses, nos sintamos parte da Codemig, ou melhor dizendo, achamos que a Codemig pertence a Araxá. A Codemig pertence a Minas Gerais, a todos os municípios mineiros, mas, de uma forma muito especial, a Araxá, porque é dali que sai a receita principal dela. Sempre tivemos o entendimento de que a Codemig tem o dever, a obrigação, o compromisso social com a cidade de Araxá. Entendemos que a venda de parte da Codemig tirará parte do poder de cobrança de Araxá junto a ela. Então, esse é o nosso posicionamento.

Nós solicitamos, atendendo uma demanda dos vereadores da Câmara Municipal de Araxá, que a Codemig vá até Araxá, por meio do seu presidente ou dos seus dirigentes, apresentar aos araxaenses este projeto que prevê a venda de 49%. Os araxaenses querem se inteirar mais sobre o assunto, querem participar da discussão, querem entender melhor este projeto da venda dos 49% da Codemig.

Portanto, já fizemos, há alguns dias, não é de agora, uma solicitação à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – Codemig –, para que eles possam, num ato de respeito e de reconhecimento à população de Araxá, se manifestar sobre a possível venda dos 49% da Codemig. Caro presidente Dalmo, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, continuo e continuarei sempre defendendo os interesses de Araxá, os interesses de Minas Gerais, e, sobretudo, os interesses daqueles que votaram em mim, daqueles que confiaram o seu voto em nosso mandato como deputado estadual. Não mudaremos este foco jamais. A coerência e a transparência fazem parte da nossa atuação desde o princípio, quando era vereador na cidade de Araxá, e muito mais agora, como deputado estadual de Minas Gerais.

Portanto eu gostaria de fazer aqui esse esclarecimento, de forma muito especial, à população de Araxá, onde está a mina de nióbio de Araxá, a mina de nióbio do Estado de Minas Gerais, que representa uma riqueza incalculável, até porque sabemos que essa mina tem uma vida útil de décadas e mais décadas. Então, estaremos sempre atentos e defendendo aqui, sim, os interesses de Araxá, porque entendemos que o minério não é um artigo, não é um produto de duas safras. O minério só dá uma safra. Se hoje esse minério está sendo retirado do solo araxaense, é preciso que o município seja recompensado pela retirada de riqueza tão importante, como é o nióbio, e também o fosfato, que é explorado também na cidade de Araxá. Acredito que todas as cidades que têm hoje ação e atuação de mineradoras têm que ter, sim, essa cota-parte para recompensá-las e até para gerar outras oportunidades fora do mercado da mineração, para garantir às futuras gerações dessas cidades uma perspectiva de desenvolvimento econômico, de geração de emprego.

Então, Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras, e era esse esclarecimento que eu gostaria de deixar aqui aos meus queridos conterrâneos de Araxá. Jamais, jamais marcharei por caminhos diferentes dos caminhos do povo de Araxá e do povo de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva\* – Sr. Presidente, nobres parlamentares que compõem a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, venho, mais uma vez, ocupar esta tribuna para destacar um assunto de suma importância. E tenho percebido que tal assunto, que já mencionei em outras oportunidades, não está sendo algo específico da cidade de Uberlândia. Têm tomado um volume cada vez maior, têm se destacado e têm começado a surgir situações bem parecidas em outros pontos de nosso querido Estado.

Na Comissão de Segurança Pública – está aqui presente o ilustre deputado Sargento Rodrigues, que preside aquela comissão –, há mais de 10 dias aprovamos a realização de uma audiência pública para que possamos discutir, debater e analisar os procedimentos adotados pelo Gaeco de Uberlândia, que é um órgão do Ministério Público voltado para operações especiais, investigações específicas, e que tem, aos nossos olhos e nos documentos – uma farta documentação que já chegou em nossas mãos –, procedido de forma um tanto quanto indevida e irregular, do ponto de vista funcional. Não estamos fazendo aqui nada mais do que a nossa função parlamentar. No curto período em que estamos na Assembleia, assistimos a um trabalho diligente desta Casa quando se trata de órgãos de outras áreas.

A Polícia Militar constantemente é chamada a participar aqui, na Comissão de Segurança Pública, bem como a Polícia Civil e os demais setores que compõem o governo do Estado, e não vejo por que não realizarmos uma audiência. Aliás, gostaria de ver o Ministério Público ser o primeiro a fazer coro conosco na realização desta audiência. Aliás, consta como primeiro convidado justamente o Ministério Público, através da Procuradoria-Geral de Justiça.

Lamentavelmente, presidente – até posso estar equivocado –, tenho percebido que está ocorrendo um movimento para que esta audiência pública não ocorra. Primeiro, porque estaríamos aí colocando uma situação muito triste aos olhos de um órgão tão importante como é o Ministério Público. E aqui fazemos questão de destacar a diferença institucional: respeitamos e sabemos da grandeza do trabalho que é desenvolvido por vários promotores de Justiça, principalmente pela Procuradoria de Justiça do nosso estado; porém, não podemos nos esquecer de que todas as instituições são compostas por pessoas, as quais, muitas vezes, mesmo que isoladamente, cometem suas falhas. E as falhas a que temos assistido e das quais tivemos conhecimento documentalmente, ocorridas na cidade de Uberlândia, são muito graves: seletividade, quebra de sigilo nas operações, divulgação de nomes de pessoas que estão ali em processo de apuração e que têm os seus nomes ventilados pela mídia local – diga-se de passagem –, numa ligação direta com uma emissora específica de televisão, que também tem as suas vinculações políticas. Têm chegado acusações muito graves ao nosso conhecimento. Telefones celulares são encaminhados, através de integrantes do Ministério Público, ao presídio, para se obter comunicação com pessoas que integram facções criminosas, com o objetivo de conseguir delações ou colaborações premiadas.

As colaborações premiadas às quais tive acesso nos fazem refletir muito sobre como isso está sendo conduzido pelo Ministério Público, especificamente pelo Gaeco, na cidade de Uberlândia. Delações e colaborações, em que criminosos, com uma vasta ficha corrida, conseguem benefícios extraordinários sem apontar mais provas em suas delações.

O que foi feito com a Polícia Civil de Minas Gerais, principalmente nas cidades de Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Patos de Minas, é lamentável. É lamentável a forma como foi conduzida uma operação em específico, principalmente a última, denominada Operação Fênix. Lamentável. Temos aí delegados, chefes de departamentos, agentes da Polícia Civil que prestaram relevantes serviços ao Estado de Minas Gerais e à segurança Pública de Minas Gerais e que, sem o devido processo legal e sem o direito de defesa adequado, estão encarcerados, sob a única e exclusiva acusação de delatores. Há coisa mais grave.

Um prefeito de Perdizes renunciou ao seu mandato, após um flagrante preparado com participação específica do Ministério Público, lá da cidade de Uberlândia, especificamente do Gaeco, quando, inclusive, algo inusitado aconteceu. Houve utilização de recursos, ou seja, dinheiro que fora requisitado à Polícia Federal e utilizado para esse flagrante, preparado com a participação direta, comprovada e documentada do Ministério Público.

O que pretendemos, deputado Sargento Rodrigues, nada mais é que seguir a própria cartilha do Ministério Público, que cobra, todos os dias, transparência, legalidade, regularidade nas ações dos agentes públicos no Estado de Minas Gerais e pelo País

afora. Não queremos nada mais que isso: realizar uma audiência pública, apresentar esses argumentos, debater esses procedimentos, e se estiver tudo certo, tudo correto, palmas ao Ministério Público de Minas Gerais, palmas para aqueles que estão à frente das investigações ou do trabalho acusatório no Estado de Minas Gerais. O que não podemos fazer aqui é nos curvar. Esta Casa, a Assembleia de Minas não pode baixar a cabeça, não pode, de forma alguma, deixar de discutir um assunto tão grave como esse, e anotem o que estou dizendo: pelo que tenho percebido, isso não acontecia antes. Não era assim que a questão era conduzida, anteriormente. Estão brotando outras situações, e, daqui a pouco, discutiremos questões mais graves, com o uso indevido da instituição para fins políticos em nosso estado. Lamentavelmente, teremos de voltar a esse assunto aqui, na tribuna da Assembleia de Minas Gerais.

Vou dizer com muito tranquilidade, Sargento Rodrigues, que a OAB de Uberlândia já instaurou uma comissão, e se a Assembleia – e nisso não quero acreditar – deixar de realizar uma audiência como essa, sinceramente, será desanimador para o exercício do mandato parlamentar. Estamos pedindo para debater procedimento, não estamos apontando o dedo para ninguém. Estamos querendo chamar ao diálogo uma instituição tão valorosa que tem hoje atribuições muito severas e sérias dentro do ordenamento jurídico mineiro e brasileiro. Não quero acreditar que esta Casa, que a Assembleia de Minas, vá se furtar a esse debate, a essa discussão. A OAB de Uberlândia já abriu as portas, já instaurou a comissão, e, se aqui não tivermos a possibilidade do exercício pleno do nosso mandato parlamentar, iremos realizá-la com a OAB de Uberlândia. E mais que isso, vou trazer desta tribuna – aqui é o espaço, e espero que não sejamos impedidos –, um a um, os equívocos graves que estão sendo, todos os dias, cometidos por esse órgão, especificamente por dois promotores de Justiça, lá na cidade de Uberlândia. Não vejo o porquê disso. Espero que a Procuradoria de Justiça também se sensibilize nesse sentido e venha participar conosco, que se sente à mesma mesa em que estamos nos propondo sentar, para discutir o que está sendo feito naquela cidade por esse órgão específico do Ministério Público.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Quero, deputado Arnaldo, cumprimentar V. Exa. e dizer que traz um tema que é preciso esclarecer. Sabemos que V. Exa. procurou a Comissão de Segurança Pública, aportou o requerimento, e nós o aprovamos. Quanto aos fatos que desencadearam a operação desenvolvida pelo Ministério Público, se V. Exa. traz aqui questionamentos, eles devem ser devidamente esclarecidos. Se o Ministério Público tem uma posição de defesa da transparência, de defesa da ética e de fiscal da lei, constitucionalmente, se ele tem todas essas atribuições, deve comparecer aqui na Assembleia também para prestar os esclarecimentos.

A fala de V. Exa. foi muito tranquila e serena, quando disse que não quer apontar, que não é seu objetivo; mas V. Exa. quer o esclarecimento sobre a forma como a operação foi realizada, e se ela estava devidamente fundamentada e baseada nos termos da lei e dentro das atribuições que competem ao Ministério Público. Acredito que isso é o mínimo que V. Exa. pode cobrar. V. Exa. também fez uma solicitação à OAB, seção Uberlândia, mas o requerimento foi aprovado, e marcaremos a data, imediatamente, para a realização da audiência aqui, na sede do Poder. A audiência será realizada.

E eu vou pedir apenas a V. Exa. que, uma vez despachado pelo presidente da Comissão de Segurança Pública, ou seja, por este deputado, V. Exa. acompanhe a tramitação dos despachos por meio do secretário-geral da Mesa e do presidente da Assembleia, Adalclever Lopes. V. Exa. deverá ter apenas esse cuidado de acompanhar a tramitação, a partir do momento em que despacharmos. Vou chamar a assessora da comissão, a Sra. Flávia Pinheiro, farei o despacho e vou determinar imediatamente a marcação da audiência; e V. Exa. acompanhará a tramitação. Faremos a chamada com 20 dias de antecedência, para que todas as autoridades sejam devidamente convidadas.

O deputado Arnaldo Silva\* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Não tenho dúvida sobre sua seriedade, sua posição sempre firme e inteligente, principalmente quanto aos assuntos que tratam da segurança pública na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)\* – O tema é estritamente relevante, deputado Arnaldo. O que o senhor está ressaltando não vem de hoje. Nosso estado virou esse Estado policalesco. E aí de quem colocar uma conversinha errada para cair nas garras das pessoas que detêm o poder constitucionalmente hoje.

Mas queria aproveitar este momento, já que o senhor está falando da questão jurisdicional, para dizer que hoje fomos recebidos pelo presidente em exercício do Tribunal de Justiça, o desembargador Geraldo, e pelo desembargador Carlos Henrique, para resolver o problema do fórum da cidade de Manga. O fórum foi construído na beira do rio e está caindo dentro do rio. Já vão ser liberados imediatamente os recursos, para não deixarmos o fórum de Manga cair. Já foram recebidos, porque eu estava lá com o prefeito Quinquinha e com a delegação do juiz do município, Dr. João Ribeiro. O terreno já foi doado, e o Dr. Geraldo autorizou hoje os preparativos para a construção do novo fórum na cidade de Manga, para atender as pessoas.

E também já ficou determinado que o nosso desembargador Geraldo, em breve, irá a Jaíba para instalar a Comarca de Jaíba, haja vista que essa cidade, que começou com 7 mil habitantes, já tem praticamente 50 mil. Muito obrigado, e sucesso na sua luta. Um abraço a todos.

O deputado Arnaldo Silva\* – Eu agradeço a manifestação, deputado Arlen. E para concluir, quero dizer, deputado Sargento Rodrigues, que chegamos ao absurdo, na cidade de Uberlândia, de uma prisão ser decretada equivocadamente. Um advogado foi preso erroneamente, ficou alguns dias preso, para só depois verificarem que sua prisão tinha sido indevida e errônea. Isso afronta, atenta contra as prerrogativas da advocacia. Os advogados criminalistas de Uberlândia estão boquiabertos com o que está acontecendo naquela cidade. E essa realização da audiência pública certamente será de muita transparência e vai clarear os procedimentos que lá estão sendo adotados. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Concedo aparte ao deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Estamos, os belo-horizontinos em especial, vivendo a aflição de ver uma ou as duas pistas de rolamento de uma das avenidas mais importantes da cidade cederem a qualquer momento. Pelo menos é o que tem corrido no WhatsApp de todos os belo-horizontinos. Refiro-me ao problema da Avenida Nossa Senhora do Carmo, próximo à Favela do Papagaio. Faço um apelo à Prefeitura de Belo Horizonte, ao DEER, à autoridade competente responsável por essa obra, para que dê uma palavra oficial quanto ao risco de desabamento daquelas duas pistas de rolamento.

Os belo-horizontinos estão em pânico, acompanhando a situação diariamente por meio de fotos e entrevistas, e não há ainda uma nota oficial da prefeitura ou do DEER, pelo menos até hoje, informando o grau de risco de queda daquelas pistas de rolamento da Avenida Nossa Senhora do Carmo.

Então, faço aqui, oficialmente, um apelo ao órgão competente que está tocando e administrando a obra para que dê uma palavra oficial e acalme os belo-horizontinos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais cedo, deputado João Leite, quando fazíamos um debate na Comissão de Constituição e Justiça, ouvia o deputado Isauro Calais falar sobre a Codemig e que o dinheiro poderia estar sendo investido em outras áreas. Fiz questão de dizer ao deputado que, felizmente, no governo passado, a atenção dada à área de segurança foi absolutamente diferente da atitude deste governo. Foi uma pena eu não estar com essas planilhas produzidas por nossa assessoria, tão competente, pela Dra. Luísa Barreto, sobre o que vem acontecendo neste governo, para entregá-las em mãos ao deputado Isauro Calais.

Com relação à Polícia Militar, deputado João Leite, o governo anterior, no ano de 2014, investiu R\$356.000.000,00 na rubrica custeio; em 2015, esse valor caiu para R\$239.000.000,00; em 2016, manteve o patamar de R\$251.000.000,00, ou seja, houve uma diferença de R\$230.000.000,00 no custeio. É a coisa mais impressionante que já vi em relação à área da segurança, desde que

aqui cheguei, durante o governo Itamar Franco. Nada se compara ao tamanho da irresponsabilidade do governo de Fernando Pimentel, do PT, em relação às políticas públicas de todas as áreas.

Por que o cidadão sofre? Comecei a ocupar esta tribuna, em junho de 2015, para alertar as pessoas, porque eu já estava percebendo a queda no repasse dos recursos para investimento e custeio da segurança pública para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para o Corpo de Bombeiros e para o sistema prisional. Só o tempo é que pôde trazer a confirmação daquilo de que estávamos falando.

Com relação ao investimento, a coisa piorou, deputado João Leite. Em 2014, finalizando o governo Alberto Pinto Coelho, para a Polícia Militar foram empenhados R\$36.000.000,00 e foram pagos R\$33.000.000,00; em 2015, a Polícia Militar recebeu R\$14.000.000,00; em 2016, esse valor caiu para R\$7.000.000,00. Isso no investimento. Então, houve diferença, no primeiro ano, de R\$22.000.000,00, e, no segundo ano, de R\$29.000.000,00, ou seja, em dois anos houve uma diferença da ordem de R\$51.000.000,00 no investimento da Polícia Militar, no governo administrado pelo PT em Minas Gerais.

Com relação à Polícia Civil, a coisa ficou pior, muito pior. O governo finalizado por Alberto Pinto Coelho destinou R\$31.000.000,00 efetivamente pagos na rubrica investimento para a Polícia Civil.

Em 2015, o investimento caiu para R\$741.000,00, deputado Dalmo. Em 2014, último ano do governo Alberto Pinto Coelho, foram destinados R\$31.000.000,00 para investimento da rubrica da Polícia Civil. Em 2015, esse valor caiu para R\$741.000,00. Depois de muita luta e muitas denúncias deste deputado, em 2016 o valor subiu para R\$1.700.000,00. Em 2017, fechou com R\$2.000.000,00. A diferença, deputado Dalmo, de 2014 para 2017 é da ordem de R\$29.000.000,00. A diferença de 2014 para 2016 é da ordem de R\$30.000.000,00. Só aí já foram R\$59.000.000,00. E a diferença de 2014 para 2015 é da ordem de R\$31.000.000,00. Deixaram de repassar, deputado Dalmo, R\$90.000.000,00 da rubrica investimento. Isso pode ser observado quando comparamos os referidos exercícios com o exercício de 2014, na Polícia Civil.

Hoje, deputado Dalmo, como já era de se esperar – e aqui repito isso –, todas as vezes em que o índice de criminalidade e violência cresce, o cidadão é o primeiro a sentir esse impacto, com roubos a mão armada, homicídios, latrocínios, roubo a banco, estouro de caixa eletrônico e tantos crimes contra o patrimônio, tantos crimes contra a vida, por falta de efetivo, por falta de investimento em custeio e por falta de competência para administrar e gerir a coisa pública, como é a marca deste governo. Sofre primeiramente o cidadão, mas, no segundo momento, deputado Dalmo, sofrem os policiais.

Nessa madrugada, deputado João Leite, um sargento da Polícia Militar foi morto em tentativa de assalto na BR-040, próximo a Uberaba. Durante a madrugada desta quarta-feira, o Sgt. Gilmar de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais, foi baleado e morreu após tentativa de assalto nas proximidades do radar eletrônico da Rodovia BR-050, região do Bairro Alvorada. Segundo foi apurado, o Sgt. Gilmar de Oliveira retornava de Barretos, São Paulo, para Uberaba, na companhia do Cb. Swami Frederico Correa dos Reis. Ele havia realizado exames e consultas em razão de um tratamento de câncer.

Deputado João, ele foi buscar tratamento em outro estado. Por qual motivo? Por quê, deputado João Leite? Foi por causa daquela faixa ali, deputado Carlos Pimenta – V. Exa. é médico. Sabem por que o sargento saiu de Uberaba? Porque os convênios estão cortados. Os convênios estão cortados, e os nossos policiais, que estão na divisa com outro estado... Deputado Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa. conhece bem a região de Extrema, região em que atua. Os convênios foram cortados porque o governo do PT em Minas Gerais deu calote de R\$3.000.000.000,00 no Instituto de Previdência dos Servidores Militares. Esse instituto faz convênio com clínicas, hospitais, laboratórios, médicos e dentistas, e Pimentel, do PT, desviou, criminosamente, os recursos para o caixa único do Estado.

O deputado Dalmo assinou a CPI, o deputado Carlos Pimenta a assinou, e o deputado João Leite também. Tive a iniciativa, com o deputado João Leite, de criar a CPI do IPSM. Ainda faltam seis assinaturas, deputado Dalmo. Esse é o governo do PT, durante o qual o índice de letalidade dos profissionais de segurança pública subiu, cresceu assustadoramente. Por quê? Porque o governo do PT em Minas Gerais, Caixeta, não faz o feijão com arroz na segurança pública. Não estou falando do campo da prevenção social. Não

estou falando de integração. Não estou falando de tudo aquilo, deputado João Leite, que foi construído ao longo de 12 anos da gestão do governo anterior, que tinha gestão, porque tinha à frente o mais querido, o mais competente, o Prof. Antonio Anastasia.

Hoje, deputado João Leite, a violência e o crime estão atingindo, de forma frequente, os servidores da segurança pública. Basta saber quantos agentes penitenciários já foram mortos, ameaçados, inclusive, no Triângulo onde aconteceu esse fato com o sargento, e perseguidos por organizações criminosas do PCC de São Paulo. Onde está a resposta deste governo? Houve um deputado que falou que preparou uma carta dizendo que o governo tinha 13 propostas brilhantes para a segurança pública. Uma delas era criar uma força-tarefa para combater e reprimir os crimes contra os agentes de segurança. Já faz três anos e três meses, e onde está a força-tarefa?

O cidadão de bem que está nos assistindo, deputado Dalmo, o trabalhador e as pessoas sérias deste país que trabalham, assim como todos aqui, estão passando muita raiva e medo. Nós tivemos aqui o promotor Henrique Macedo. O deputado João Leite estava na comissão quando ele disse que foi vítima de tentativa de roubo, mas foi mudada a natureza da ocorrência para tentativa de furto, deputado Dalmo. Fizeram isso com um promotor de justiça, que questionou o comandante da viatura, ou melhor, o sargento, que disse assim: “O senhor sabe como é, não é doutor? Temos de reduzir os índices de criminalidade”. Ele, então, disse-lhe: “Mas você está mudando. O cidadão me abordou com uma arma. É tentativa de roubo. Mas você colocou tentativa de furto”. A que ponto nós chegamos, deputado Dalmo! Estamos completamente desamparados por este governo do PT em Minas Gerais.

O deputado Léo Portela (em aparte)\* – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. é sempre muito assertivo em suas ponderações a respeito da segurança pública e uma voz legítima que clama na Assembleia Legislativa há cinco mandatos em defesa do segmento.

Sr. Presidente, uso agora a tribuna da Assembleia Legislativa e os microfones da Casa para anunciar o meu regresso ao Partido da República – PR –, partido pelo qual fui eleito deputado estadual mais votado, com 55 mil votos. Volto com uma missão, que é a de trabalhar o PR, a militância e a liderança do partido para contribuir com a chapa de Jair Messias Bolsonaro, cedendo Magno Malta, o nosso senador, para ser o vice-presidente da República ao lado de Bolsonaro.

Então, regresso ao PR com uma missão muito definida: trabalhar para que Magno Malta seja o vice-presidente da República, ao lado de Jair Bolsonaro. Aí, sim, deputado Sargento Rodrigues, a segurança pública no Brasil será tratada com o respeito que merece. Além disso, receberá a atenção e os investimentos que merece, e o nosso país, certamente, será reconstruído das cinzas em que se encontra para a pujança e o crescimento que o Brasil merece. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Agradecemos ao ilustre deputado Léo Portela e lhe desejamos votos de felicidade e bom trabalho no retorno ao PR, para que V. Exa. cumpra bem a missão que vem cumprindo na Assembleia. Várias vezes aqui V. Exa. denunciou, inclusive, com coragem, o governo do PT no que diz respeito ao corte das verbas destinadas às entidades terapêuticas, aquelas de recuperação de pessoas. Os pais clamam tanto por esse recurso que, por várias vezes, V. Exa. veio aqui cobrar. É uma pena que o governo não tenha dado ouvidos a nenhum de nós. O governo continua errando e cortando as verbas, corta da saúde, disso e daquilo. Não há lugares onde não corta. É um absurdo e um desacerto total.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)\* – Deputado Sargento Rodrigues, o que me impressiona muito é que, em governos anteriores, o PT sempre estava aqui, dentro da Assembleia, mostrando as dificuldades quando o salário e as verbas da saúde estavam em dia. Temos visto, com frequência, que, no início da reunião, eles ainda vêm, ficam aqui uns 5 ou 10 minutos e vão embora; e, nas comissões, não estão ficando.

Parece que a bancada governista está, realmente, sentindo uma vergonha muito grande do seu governador, principalmente agora que o Cosems acaba de divulgar que a dívida com os municípios, na área da saúde – o que está provocando tantas mortes, tanto sofrimento às pessoas mais carentes, que precisam do SUS –, passou de R\$2.500.000.000,00 para R\$3.700.000.000,00. Somando-se isso à dívida com os hospitais e com os fornecedores da secretaria, chega-se a quase R\$5.000.000.000,00. Isso está no *site* do Cosems.

Agora vamos ter de tomar algumas atitudes para fazer com que o Ministério Público promova uma ação, a fim de segurar esses recursos para que o governador cumpra a sua obrigação com os municípios. Não se trata nem de cumprir a promessa de campanha feita por ele de fazer os hospitais regionais, mas de cumprir a obrigação de atender as pessoas, porque muita gente está morrendo, hospitais estão fechando, a situação está dramática e a dívida está só aumentando.

O deputado Sargento Rodrigues\* – O que o governo tem de fazer é cumprir seu dever constitucional, deputado Arlen Santiago.

Presidente, quero só informar que apenas este ano, com a morte do Sgt. Gilmar, de Uberaba, já são sete profissionais da segurança pública mortos. O ano de 2014 fechou com 7 profissionais mortos; em 2015, esse número pulou para 13; em 2017, esse número aumentou para 16. Então, estamos numa escalada crescente do crime, e o governo continua inerte, calado, sem dizer absolutamente nada. Essa é a resposta do governo do PT, pela incompetência na administração pública de Minas Gerais.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta\* – Meu caro presidente Dalmo, meus companheiros, amigos, deputados aqui presentes – Elismar, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues –, senhoras e senhores, boa tarde.

Darei continuação ao pronunciamento de ontem, quando disse que hoje estaríamos abordando a questão da saúde pública, principalmente no tocante à cidade de Montes Claros.

O deputado Elismar Prado (em aparte)\* – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Serei rápido. Quero apenas deixar registrada uma preocupação nossa. Estamos acompanhando o *site* da Aneel, que, lamentavelmente, aprovou uma medida, deputado Carlos Pimenta, conforme vemos aqui: “Aneel aprova audiência pública de revisão tarifária da Cemig”. O que isso significa? É uma notícia lamentável, cruel, para todos os mineiros. A Aneel aprovou essa audiência. Portanto, estão sob processo de revisão tarifária as contas de luz em Minas Gerais. O objetivo dessa audiência, o que é mais triste ainda, conforme alega a Aneel na nota que divulgou na imprensa, é promover o equilíbrio das contas. Equilíbrio para quem? Para o povo trabalhador, que já consome uma energia elétrica absurdamente cara? Não há equilíbrio nenhum nisso. A proposta é de aumento de 22,73% para as residências e de 34,41% para as indústrias.

Está aberto o processo de contribuições para que possamos fazer os nossos protestos. Por isso, estamos conclamando a população e fazendo uma grande mobilização no Estado, juntamente com o deputado Weliton Prado. Esse processo de contribuições estará aberto até o dia 21 de abril. Haverá também uma sessão presencial aqui, em Belo Horizonte, em local ainda a ser definido, no dia 28 de março, quarta-feira. Então, vamos aproveitar essa audiência pública para protocolar oficialmente todas as nossas contribuições e fazer o enfrentamento dessa questão para reduzir ao máximo o impacto na vida do povo de Minas Gerais.

Repito, é uma crueldade que vai beneficiar somente os grandes acionistas estrangeiros e não vai promover equilíbrio algum, muito menos qualidade. Lutaremos com todas as forças para derrubar essa proposta e diminuir o impacto na vida do povo de Minas Gerais. Isso é um absurdo, num momento de crise como esse em que a população está sendo tão sacrificada. Temos uma proposta da Aneel e já aprovamos audiência pública para discutir a revisão tarifária da Cemig, que propõe cerca de 25% de aumento. Realmente, é lamentável. Esperamos que todos possam nos ajudar nesse movimento. Obrigado, deputado.

O deputado Carlos Pimenta\* – O senhor tem razão. Acho que essa luta vale a pena. Cumprimento V. Exa. pelo seu trabalho, que aliás, dá sequência ao trabalho do seu irmão Weliton Prado, sempre um valoroso defensor das causas populares.

Sr. Presidente, em pouco mais de 5 minutos, quero dizer que todos sabem dos problemas que enfrentamos na saúde pública aqui em Minas Gerais. A cada dia que passa acordamos esperando uma boa notícia, esperando que o governo tenha conseguido resolver o problema, que tenha priorizado a saúde. Mas, ao passarem dias, semanas, meses e anos, vemos as dificuldades acontecendo, as prefeituras endividadas, sem poder de investimento, sem poder de atender à população, os hospitais quebrando e fechando as portas. E não há perspectiva de alguma coisa acontecer e de melhorar a situação.

Quero chamar a atenção para a cidade de Montes Claros. Quando o atual prefeito, Humberto Souto, assumiu a prefeitura dessa cidade de quase 500 mil habitantes, não havia gestão plena. O Estado havia retirado essa gestão do município e passado para ele. O prefeito assumiu, foi feito certo tipo de acordo com o ex-prefeito de que a gestão plena voltaria no mês de junho de 2018, e a prefeitura se viu obrigada a reassumir essa gestão, numa situação extremamente preocupante, com um caos instalado, com dívidas absurdas do Estado. Somente na área da saúde o Estado de Minas Gerais deve cerca de R\$40.000.000,00 a Montes Claros. Meu caro Dalmo, o Estado deve R\$40.000.000,00 à cidade de Montes Claros, para comprar remédio, pagar o PSF, o custeio com a saúde, além da dívida com os hospitais. Agora volta essa bomba que está chiando, que está prestes a explodir nas mãos do prefeito Humberto Souto, para que ele possa então reassumir a gestão plena. Nós estamos observando que a cidade tem várias unidades básicas de saúde iniciadas e paralisadas há três, quatro anos. A prefeitura não tem poder de investimento. A cidade tem uma unidade de pronto atendimento no Bairro Chiquinho Guimarães para atender a uma comunidade de mais de 40 mil pessoas, que está abandonada há oito anos. Estamos vendo que Montes Claros não é exceção à regra.

Estou registrando os fatos. Na verdade, não estou reclamando, porque isso não adianta, ninguém nos escuta. O governo está insensível, não escuta, não enxerga, não sente, não age. Portanto, quero apenas registrar esse problema que está acontecendo em Montes Claros. Como se não bastasse, Dalmo, caro Sargento Rodrigues, as cidades maiores do Norte de Minas – eu anotei quatro cidades grandes no entorno de Montes Claros – também estão absolutamente incapazes, impotentes, inadimplentes para oferecer o mínimo de saúde possível à população. Januária, cidade de 70 mil habitantes, está com o bloco cirúrgico interditado.

Não tem como conseguirmos que a Vigilância Sanitária vá lá. O prefeito Marcelo já cumpriu a sua obrigação, mas não há maneira de levar a Vigilância Sanitária para liberar o bloco cirúrgico. As pessoas não estão sendo operadas em Januária. As mulheres não podem ganhar neném em Januária, têm de ir a Brasília de Minas, Manga ou outras cidades. Então é preciso liberar o bloco cirúrgico. Há má vontade, há insensibilidade para ajudar Januária.

Bocaiuva, outra microrregião, tem um hospital magnífico, um hospital bacana, um hospital pronto para atender, mas a prefeitura não consegue mais mandar recurso para o hospital, não há como mandar mais recurso ao hospital, que tem dívida com o governo, mas não recebe. A prefeita Marisa está fazendo um belíssimo trabalho. Já termino, Dalmo. O hospital está pronto para atender uma microrregião, mas não consegue porque não está recebendo o serviço que já prestou.

A cidade de Janaúba, nossa querida Janaúba, que foi vítima de infortúnios, com mortes de crianças, tem dois hospitais: Fundajan e o hospital regional, que também estão lá sem poder atender toda a microrregião. Na cidade de Porteirinha, cujo hospital o ex-governador Antonio Anastasia conseguiu recuperar, o hospital está capengando, passando por dificuldades. Se não fosse o dinheiro que temos mandado para lá... Está aí o Paulo Guedes, que tem sido um baluarte nos ajudando em Porteirinha. Se não fosse Paulo, o dinheirinho que está conseguindo, brigando, até ameaçando, porque sei do seu trabalho, se não fosse esse dinheirinho, o hospital de Porteirinha já teria fechado. Então é isso. Como se consegue fazer saúde, se Montes Claros, por exemplo, está inadimplente e não consegue nem receber do governo pelo serviço já prestado. A Santa Casa Montes Claros está passando por dificuldades, assim como o Aroldo Tourinho. O hospital universitário está sucateado, não faz anestesia, não consegue pagar anestesia, não tem enfermagem.

E as cidades-polos? Estou fazendo esse desabafo aqui, porque não é mais possível. Já estivemos no Tribunal de Contas, vamos ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e ao Conselho Estadual de Saúde pedir socorro. Se precisar, ajoelho aqui, agora, pedindo socorro, pelo amor de Deus, para que não deixem a saúde pública do Norte de Minas, um povo bom, trabalhador, um povo pobre, que não consegue ter um plano de saúde, não consegue pagar um atendimento e não pode ir aos hospitais, porque estes não têm capacidade de atender a necessidade do Norte de Minas. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/3/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Acilda Rodrigues Gomes, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando, a partir de 2/4/2018, Allan Duarte Milagres Lopes, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Hely Tarquínio;

exonerando, a partir de 1/4/2018, Juliana Librelon Dias de Castro, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

exonerando Sheron Miramar Souza de Oliveira, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Acilda Rodrigues Gomes, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues;

nomeando Anna Angelica dos Reis Soares, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

nomeando Gregório José Lourenço Simão, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Julio Fontoura de Moraes Junior, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Sônia Elena Prudente da Silva, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota.